



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ROSEANE QUEIROZ DAS NEVES

**ONGs NEGRAS QUE ATUAM NO ENFRENTAMENTO ÀS
DESIGUALDADES DE RAÇA E CLASSE EM SALVADOR: O CASO
DO INSTITUTO STEVE BIKO E INSTITUTO ODARA.**

SALVADOR
2021

ROSEANE QUEIROZ DAS NEVES

**ONGs NEGRAS QUE ATUAM NO ENFRENTAMENTO ÀS
DESIGUALDADES DE RAÇA E CLASSE EM SALVADOR: O CASO
DO INSTITUTO STEVE BIKO E INSTITUTO ODARA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Serviço Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Elisabete Aparecida Pinto

SALVADOR
2021

ROSEANE QUEIROZ DAS NEVES

**ONGs NEGRAS QUE ATUAM NO ENFRENTAMENTO ÀS
DESIGUALDADES DE RAÇA E CLASSE EM SALVADOR: O CASO
DO INSTITUTO STEVE BIKO E INSTITUTO ODARA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Serviço Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Elisabete Aparecida Pinto

Salvador, 06 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elisabete Aparecida Pinto
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Renato Santos de Azevedo
Advogado

Profa. Dra. Samira Safadi Bastos
Universidade Federal da Bahia – UFBA

A aqueles que se adaptaram e resistiram,
abrindo caminhos para que eu chegasse
até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e saúdo a todos que me antecederam, que possibilitaram que eu trilhasse um caminho virtuoso, de coragem e determinação. As lutas de vocês não foram em vão.

A minha mãe, Rita Maria, por que sempre foi referência, por ser minha mola propulsora e ter me oferecido todos os recursos para que eu chegasse até aqui. A ti todos os agradecimentos do mundo e todo afeto.

A mim, por não ter desistido e estar sempre buscando significados para fazer valer a pena. Importante nutrir respeito por si e reconhecer quem se é.

A minha família, grandiosa, mas representada nas pessoas de minhas avós, Elisabeth e Maria José, mulheres fortes e amorosas, donas de todo o meu amor. Minhas tias Railda e Regiane, por terem me oferecido suporte no começo da jornada universitária, a elas meu carinho e gratidão. Ruan, meu irmão, e Ronaldo, meu pai, por também terem sido suporte.

Meus agradecimentos a Kelly, Ivanea, Cláudia e Vanuza, foram meu porto seguro na UFRB, amizade sincera, não teria sido o que foi sem vocês e agradeço demais, aprendi muito e contribuíram na minha construção.

Aos meus amigos do “bondinho” Ufbiano, Bruna, Robert e Érica, foram minha acolhida em um momento de transição que até hoje me questiono. Conquistaram de verdade meu afeto e auxiliaram nessa trajetória dos últimos anos.

Tem meu agradecimento também Ana Sueli, amizade que fico tão feliz em ter, me ofereceu apoio, compreendeu os dilemas dessa escrita, tem todo meu carinho. E Caio, que também passou pelo momento de escrita, compartilhou angústias e risos nessa trajetória final.

A Samira Bastos, primeira orientadora, que acolheu minha ideia e me estimulou nessa seara universitária, se tornando uma referência para mim. Todo meu agradecimento a Elisabete Pinto, que me apresentou uma nova perspectiva, que deu um outro sentido a essa escrita, que sempre com as melhores palavras me direcionou.

Aos Institutos Odara e Steve Biko pelo trabalho que desenvolvem e por terem sido tão solícitos e receptivos nas pessoas das entrevistadas que contribuíram para este trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer a trajetória de organizações não governamentais que atuam no enfrentamento às desigualdades de raça e classe em Salvador. Para sustentação teórica versamos sobre o racismo como vetor de desigualdades na sociedade brasileira, através do Estado, e como sua intersecção com a classe determinam espaços para a população negra, logo tendo que conformar estratégias de sobrevivência. Apresentamos também a quarta reforma do Estado brasileiro e como esse processo faz emergir as ONGs, sendo utilizada pela população negra como mais uma alternativa para intervir nas refrações do racismo. Na intenção de nos aproximarmos com o campo real, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os Institutos Steve Biko e Odara. Dessa forma, conseguimos sobressaltar a importância desses espaços para a população negra, sua relação com o Estado e como o Serviço Social discursa sobre as ONGs.

Palavras-chaves: ONGs negras; quarta reforma; movimento negro.

ABSTRACT

This work aims to understand the trajectory of non-governmental organizations that work to confront racial and class inequalities in Salvador. For theoretical support, we talk about racism as a vector of inequalities in Brazilian society, through the State, and how its intersection with class determine spaces for the black population, thus having to shape survival strategies. We also present the fourth reform of the Brazilian State and how this process makes the ONGs emerge, being used by the black population as yet another alternative to intervene in the refractions of racism. In order to get closer to the real field, semi-structured interviews were carried out with the Steve Biko and Odara Institutes. In this way, we were able to emphasize the importance of these spaces for the black population, its relationship with the State and how Social Service talks about ONGs.

Keywords: black NGOs; fourth reform; black movement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
APN	Agentes da Pastoral Negros
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNS	Conferência Nacional de Saúde
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSB	Instituto Cultural Steve Biko
MNU	Movimento Negro Unificado
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OS	Organizações Sociais
OSCS	Organizações da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEA	População Economicamente Ativa
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio População Negra
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UFBA	Universidade Federal da Bahia

PRÓLOGO

A aproximação com a temática ocorreu com a lembrança das atividades do projeto de extensão, Serviço Social – UFBA Mostra a sua Cara, observando que a maioria dos cursos pré-vestibulares gratuitos ou de baixo custo foram pensados e organizados por pessoas negras, que na prática reconhecem as dificuldades de ingressar no ensino superior. Esse detalhe abriu luz para perceber e conhecer outras organizações que desempenham ações voltadas para a população negra, não apenas no campo educacional. Importante ressaltar que essas organizações não eram invisíveis aos olhos, mas naturalizadas e somente a partir de um olhar mais aguçado foi possível perceber a atuação delas como forma de minimizar as ausências de políticas públicas, de ser também um pressionador por políticas públicas, de oferecer para a comunidade novos espaços e oportunidades.

Até alcançar esse tema demonstrei interesse por diversos outros, no entanto sempre recaíam na violência e no genocídio da população negra. A matrícula na disciplina de Questões de Teoria e Método nas Ciências Sociais ocorreu no primeiro semestre remoto, já em pandemia, e eu queria aproveitar para iniciar a escrita do meu projeto e propor um tema definitivo, mas não foi fácil, eu não estava bem, tratar sobre o sofrimento de pessoas negras só faria aprofundar esse processo, então comecei a buscar assuntos que fossem relevantes, envolvessem pessoas negras e se diferenciassem - um pouco - dos trabalhos que, são importantíssimos, mas só tratam da nossa dor.

Ler uma publicação de Anin Urasse no Instagram, sobre como nós, pessoas negras que estavam na academia, nos encontrávamos adoecidas pois sempre estudamos e pesquisamos sobre a nossa história no Ocidente de sofrimento, contribuiu para que eu buscase essa nova perspectiva, de falar de resistência, de falar sobre o fato de que mesmo com todos os obstáculos postos nossos antepassados buscavam formas de continuar existindo, de se manterem vivos, de alcançar a libertação, e como a gente vê pouco disso nas produções. Aliado a publicação, estava a morte de João Pedro, assassinado dentro de casa, a morte de

Miguel, deixado cair do prédio, e como aquele combo mexeu tanto comigo que de fato a decisão de não escrever sobre narrativas adoecidas foi tomada.

Eu poderia ter decidido escrever sobre tantas outras coisas, sobre o estágio na área de hemodiálise, como indicava a professora, sobre o Serviço Social, sobre um projeto específico que trabalhasse com a classe trabalhadora, como indicou outra professora, mas não faria sentido pra mim ocupar um espaço universitário e não escrever sobre a população negra, sobre mim, mesmo que isso não fizesse sentido para os demais. E após uma tarde no quarto, pesquisando sobre as primeiras formas de se organizar da população negra, e encontrando a Sociedade Protetora dos Desvalidos, e como esse povo já era Organização Não Governamental antes do termo existir, já era tudo que significasse formas de honrar e de dar dignidade aos seus, que eu decidi tratar sobre essas formas de organização, trazendo para a contemporaneidade.

Eu não tive a oportunidade de estudar no Biko, mas eu vejo os depoimentos daqueles que tiveram, e eu fico imensamente feliz e imaginando a diferença que teria feito pra mim, eu não questionaria tanto minhas habilidades e teria me aproximado muito antes das pautas raciais e que me envolvem, e no fim não teria sido um processo tão solitário e cheio de questionamentos, e ainda não tão estruturado como eu espero que seja. Mesmo sendo oriunda da periferia de Salvador e estudante de escola pública.

O Odara eu conheci na UFBA, primeiro na pessoa de Benilda em uma palestra, depois em aula. Particpei de algumas atividades promovidas por ele no Julho das Pretas, mas ainda de forma muito rasa, e na pandemia, devido a quantidade de *lives* e atividades, no começo de tudo, que eu comecei a acompanhar de forma mais próxima e foi uma das melhores coisas que fiz. Ao escutar suas componentes se percebe paixão, se percebe vontade de desenvolver um trabalho, se percebe afeto, e é um trabalho tão potente, tão transformador, que eu fico feliz de poder viver ao mesmo tempo, de compartilhar as atividades promovidas, os textos,

tudo. E faço o que está ao meu alcance, para que meninas negras cresçam tendo o Odara como um espaço de referência, como eu queria ter tido.

E esse trabalho acabou se tornando uma grande alegria de ser feito, mesmo tendo que tocar em pontos que nos lembrem da desigualdade em que estamos inseridos, mas sabendo que é impossível de tratar população negra, Brasil e igualdade na mesma frase. Ao mesmo tempo que intenciono trazer proposições e possibilidades, buscando reaproximação com a nossa capacidade ancestral de organização e de resistência, e eu espero que quem leia tenha um sentimento bom.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.1 PROPÓSITOS E OBJETIVOS	14
1.2 PENSANDO O TEMA ONGs	16
1.3 A TESE DO TEMA: AS ONGS COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA AO RACISMO	20
1.3.1 AUTO ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO: A TESE DO TEMA	20
Odara - Instituto da Mulher Negra	20
Instituto Cultural Steve Biko	21
1.5 REFERENCIAL TEÓRICO: OLHANDO RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO COM AS LENTES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE	23
1.5.1 O racismo como norteador da ação do Estado	23
1.5.2 Considerações sobre classes sociais	27
1.5.2 A interseccionalidade de raça e classe	30
1.6 PROPOSTA METODOLÓGICA	34
1.7 GUIANDO O LEITOR	37
2 AS ONGS NO CONTEXTO BRASILEIRO: BREVES REFLEXÕES HISTÓRICAS	39
2.1 O SURGIMENTO DAS ONGS NEGRAS	39
2.2 A QUARTA REFORMA DO ESTADO E O NOVO PAPEL DAS ONGS	44
2.3 O LUGAR DA POPULAÇÃO NEGRA NA QUARTA REFORMA DO ESTADO: EXISTEM OS NEGRAS?	49
3 O SERVIÇO SOCIAL, A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E AS ONGS	53
3.1 BREVES REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL	53
3.2.SERVIÇO SOCIAL AS ONGS E AS ONGS NEGRAS	59
4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS STEVE BIKO E ODARA	66
4.1 A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL STEVE BIKO	66
4.2 A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL ODARA	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE	86
INSTRUMENTO COLETA DE DADOS	86

INTRODUÇÃO

1.1 PROPÓSITOS E OBJETIVOS

O tema desta pesquisa trata de Organizações Não Governamentais em Salvador que atuam no combate das desigualdades raciais e de classe. Foram levantadas quatro questões problemas, que se desdobraram em objetivos da pesquisa, sendo elas: em que contexto surgiram estas organizações não governamentais que fazem enfrentamentos das desigualdades raciais e de classe em Salvador? Quais foram as motivações que influenciaram na criação destas organizações? Quais são as estratégias de enfrentamento às desigualdades raciais? Quais os resultados obtidos pelos trabalhos desenvolvidos pelas instituições? Qual o impacto qualitativo e quantitativo no mundo do trabalho e educação?

Desta forma, elenco como objetivo geral:

Conhecer a trajetória de organizações não governamentais em Salvador que atuam no enfrentamento das desigualdades de raça e classe, especificamente o Instituto Odara e o Instituto Steve Biko.

Os objetivos específicos:

- 1) analisar o contexto sócio-histórico de surgimento desses institutos;
- 2) compreender as motivações que influenciaram na criação dos institutos;
- 3) conhecer os resultados obtidos pelos trabalhos promovidos por essas instituições;
- 4) verificar o impacto direto e indireto dessas organizações no mundo do trabalho da população negra.

O Estudo do IBGE *Desigualdades Sociais por Raça ou Cor no Brasil* (2018) evidencia dados que auxiliam na compreensão das desigualdades presentes na sociedade brasileira, afirmando, nestas desigualdades, tendências que deveriam sofrer intervenções de políticas públicas, pois necessitam de estratégias práticas de intervenção para transformação dos indicadores destas desigualdades.

A pesquisa apresentada revela que as pessoas negras (pretos e pardos) estão em maior quantidade em ocupações informais (47,3%), enquanto brancos são 34,6%. Levando em consideração a idade adequada, estão menos presentes no ensino médio (grupo de 15 a 17 anos), onde são 64,8% e brancos são 76,4%, e, conseqüentemente, menos presentes ainda no ensino superior (grupo de 18 a 24 anos) quando representam apenas 18,3% e brancos 36,1% no tocante a frequência ou formação universitária na faixa etária apresentada, mesmo após a política de cotas raciais¹. A taxa de homicídios demonstra os números mais alarmantes, 98,5% dos mortos são negros, enquanto 34% são brancos. No legislativo no período de 2016 a 2018, 75,6% dos deputados federais eram brancos e 24,4% negros, sendo deputados estaduais 71,1% brancos e 28,9% negros.

Estudar ONGs que atuam no enfrentamento as desigualdades de raça e classe é evidenciar estratégias construídas, pela população afetada, para contornar os problemas que lhe circundam. Dessa forma, se reconhece que elas têm um potencial transformador da realidade, mesmo estando envolvidas em contradições sócio-históricas que devem ser analisadas. Essas contradições são importantes de serem analisadas no contexto da quarta reforma administrativa e gerencial do Estado, pois impacta diretamente o mundo do trabalho transversalizado pelas incongruências e desigualdades marcadas pela raça e gênero.

Portanto, o presente trabalho pretende apresentar o Instituto Odara e do Instituto Steve Biko permitindo que estes narrem a sua história, evidenciando quais foram as motivações que levaram à criação daquelas organizações, recorrendo também a documentos oficiais relacionados a indicadores sociais, quando se tratar das narrativas referentes aos contextos socioeconômicos de surgimento dessas organizações, de modo a melhor compreender os debates sobre as desigualdades que permeiam este trabalho no entorno da classe, raça e gênero na cidade de Salvador.

¹ Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 para ver na íntegra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 16 mar. 21.

Dessa forma, se reconhece que é um estudo importante de ser realizado, sob a égide dos referenciais do Serviço Social, o qual tem se furtado da discussão que envolvem a questão étnico-racial no Brasil, mesmo reconhecendo que os mandatários do Serviço Social nas instituições públicas sejam constituído de mulheres e negros desprovidos dos meios de produção.

1.2 PENSANDO O TEMA ONGs

As Organizações Não Governamentais (ONGs), objeto desse estudo, estão inseridas no chamado Terceiro Setor, termos que se correlacionam, mas que não podem ser utilizados enquanto sinônimos.

O termo terceiro setor advém dos Estados Unidos e traz consigo a cultura individual e liberal do país (FERREIRA, 2005, p.33), em função disso sua definição não consegue abranger todas as instituições que não são privadas e não são públicas.

No Brasil o conceito mais difundido é o de Fernandes (1994, p. 21), como “[...] um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos”. No entanto o conceito apresentado mescla características que ora excluem ora enquadram determinadas organizações. O autor reforça que “o conceito é amplo com certeza é passível de múltiplas qualificações em sua determinação positiva”.

Ferreira (2005, p.36) afirma que terceiro setor é um “[...] conceito envolve uma categoria não constatável na realidade”, ou seja, ele engloba diversas instituições que se apresentam como comuns, mas seus objetivos de ação são diversificados e por vezes opostos.

Dentro desse conjunto do Terceiro Setor estão as Organizações Não Governamentais (ONGs) que de acordo com o Código Civil de 2003 podem ser associações ou fundações, e são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas na Lei nº 9.790/99 enquanto Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Trazem em si a não vinculação ao Estado, e de acordo

com a Lei citada prestam serviço à população como promoção da assistência social, promoção gratuita da educação, promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, promoção de direitos estabelecidos e promoção de novos direitos e afins.

De acordo com Rios Júnior (2013, p. 47):

O termo “ONG” passou a ser utilizado no final da década de 1980 e principalmente na década de 1990, quando essas “novas organizações passam a ocupar a mídia nacional e os grandes eventos internacionais, com destaque para amenização do subdesenvolvimento humano – pobreza, analfabetismo, epidemias, entre outros – principalmente em relação do desenvolvimento ambiental sustentável.

Internacionalmente a expressão surge para designar o trabalho via projetos desenvolvidos nas organizações de base do terceiro mundo (FERREIRA, 2005, p. 37), e no Brasil são impulsionadas nas décadas de 1970 e 1980, a partir da organização de movimentos sociais, e reconhecida sob esse termo em 1990, na iniciativa neoliberal e de reformas no Estado (RIOS JÚNIOR, 2013, p. 47). Este autor faz críticas aos fenômenos das ONGs apontando que elas, junto a outras instituições que fazem parte do terceiro setor, se sobrepõem aos movimentos sociais e sindicais. Essa sobreposição pode ser compreendida pelo processo de transformação das ONGs no país, quando antes elas ocupavam uma ausência institucional (RIOS JÚNIOR, 2013, p.49), como por exemplo em atividades educacionais e de pesquisa, também prestando assessoria e apoio a comunidades locais e movimentos sociais. No entanto, deixam de servir apenas de assessoria e apoio, e passam a disputar esse terreno de representação e reivindicação de políticas sociais, de certa forma diminuindo os espaços dos movimentos sociais, pois, a partir das regulamentações, agora elas detêm a visibilidade de representantes da sociedade civil. Além disso, o autor também critica as produções que naturalizam a expansão das ONGs enquanto elemento que ocupa um espaço no fosso deixado pelo Estado e pelo mercado, e segundo o mesmo, apenas reforça o lugar benevolente do indivíduo que quer ajudar, ponto que discordamos aqui nesse trabalho. Esse posicionamento desconsidera que essa ação geralmente é uma resposta a ausência do Estado, por isso afirma que

eles “não as vêem como construção social, que emerge historicamente em uma nova fase do ciclo capitalista” (RIOS JÚNIOR, 2013, p. 60).

Para Landim (1998, p.24) as ONGs são “importação que se adapta e retraduz em função de relações e dinâmicas sociais locais”, no Brasil sua expansão durante os anos 80 e 90 tem vinculação, além do contexto neoliberal, também com o processo de redemocratização do país, onde surgem questionamentos e debates acerca da suposta universalidade da cidadania “em confronto com as diferenciadas identidades, valores, interesses que surgem na cena pública” (LANDIM, 1998, p.26). Portanto, era uma conjuntura de reclamação de direitos e indagações sobre o paradoxo da universalidade que exclui negros, indígenas, LGBTQIA+ e demais grupos.

Esse processo de mudança do lugar de assessorias e prestadoras de apoio para representantes da sociedade civil, que significa a autonomização e institucionalização dessas, tem vinculação com o financiamento e colaboração dos organismos de cooperação multilateral, principalmente o Banco Mundial a partir de 80 (LANDIM, 1998, p.50), mas também com a possibilidade de se institucionalizar e se legitimar, tornando-se um espaço de identidade própria, podendo agir da forma que acreditavam, como é o caso das ONGs “ligadas ao universo ‘popular’ (LANDIM, 1998, p.65), onde aqueles que a integram fazem parte do grupo que defendem, como é o caso das ONGs negras. Analisando sob este ponto, não há uma redução do espaço do movimento negro, por exemplo, mas a criação de um novo lugar, onde ao mesmo tempo que eles podem reivindicar os direitos da população negra, também conseguem contribuir com uma mudança na realidade em que estão reclamando.

Como afirma Pinto (2003, p.109) enquanto FALA PRETA!:

FALA PRETA! Reconhece que o desenvolvimento de suas ações, bem como de outras ONGs de mulheres negras, se deu principalmente com o patrocínio de agências e cooperações internacionais e alguns órgãos de governo. Ao ganhar visibilidade, as ONGs de mulheres negras contribuíram

decisivamente para a transformação de linguagens e práticas racistas instituídas há séculos no Brasil.

Por sua vez, segundo Landim (1998, p.30) foram organizações desse tipo, advindas dos movimentos sociais, de teor “popular”, que contribuíram para o reconhecimento do termo e o que seriam as ONGs na sociedade brasileira:

essas organizações dedicadas a movimentos sociais de corte ‘popular’ tiveram um papel único – e pioneiro no tempo – enquanto conformadoras de um conjunto particular de organizações da sociedade civil que vieram a se identificar publicamente enquanto tal, produzindo práticas, crenças, discursos e instâncias de consagração comuns a uma ‘novidade institucional’. Não só forneceram, portanto, uma base objetiva para o reconhecimento classificatório de uma categoria específica de entidades, como investiram na apropriação e publicização do nome ONG que por aqui chegava, via agências internacionais. Jogada na sociedade, a categoria – inclusive por seus efeitos estruturantes – foi sendo usada para designar subconjuntos de organizações (como ambientalistas, de negros, mulheres, povos indígenas, portadores de HIV e etc.) que, embora variadas, ocupam posições análogas no campo político e social e possuem características comuns, como por exemplo: são de origem recente e ligadas em grande parte a movimentos sociais, compreendendo-se como tal também os relacionados a criação de novas identidades e a defesa de direitos específicos ou difusos, têm portanto determinados horizontes comuns no centro de seus ideários, como a expansão de valores democráticos, de direitos civis, da cidadania; inserem-se marcadamente em redes de relações internacionalizadas, onde a questão do financiamento está de alguma forma presente.

No presente trabalho as ONGs são consideradas enquanto um espaço de apoio, transformação e resistência em virtude da ausência do Estado para a população negra, mas não se pode deixar de apontar elementos críticos que envolvem o macro do fenômeno das ONGs.

1.3 A TESE DO TEMA: AS ONGS COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA AO RACISMO

1.3.1 AUTO ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO: A TESE DO TEMA

O grande problema que se coloca nessa pesquisa é como minimizar os efeitos da ausência do Estado aliado à questão racial e de classe? Ou melhor, como

as ONGs se apresentam enquanto alternativas para enfrentamento do racismo e construção de novas narrativas para a população negra a partir principalmente das transformações no mundo do trabalho? Qual é o lugar das ONGs no contexto da quarta reforma administrativa e gerencial do Estado?

Exemplos dessas são o Odara - Instituto da Mulher Negra e o Instituto Cultural Steve Biko, ONGs que existem em Salvador e desenvolvem há mais de uma década ações voltadas para a população negra.

Odara - Instituto da Mulher Negra

Surgido em 2010, o Odara – Instituto da Mulher Negra, é uma ONG negra e feminista que visa fortalecer e autonomizar as mulheres negras, considerando as condições de desigualdade em que estão inseridas e as opressões que lhe envolvem, adotando, portanto, uma análise interseccional em suas ações. Apresentam como missão “combater o racismo, o sexismo, a lesbitransfobia e formas correlatas de opressão, para a defesa da liberdade, autonomia e bem viver das mulheres negras”. Tem como base os ensinamentos africanos e princípios a oralidade, circularidade e ancestralidade

As ações do Odara são múltiplas, abrangem diversas áreas, tais como comunicação estratégica para a comunidade negra, pensando em facilitar assuntos que estão em debate, difundindo informação que afete a essa população; direitos humanos, que trabalham a atuação e formação política, com inserção em comunidade e formação continuada de profissionais; pesquisa e intercâmbio, realizando trocas educacionais e culturais; saúde das mulheres negras, com base na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e da Política Nacional da Saúde Integral da Mulher e outros. Sendo revolucionário, e que ganhou espaço em todo Brasil, o Julho das Pretas, onde junto com demais organizações promovem ações durante o mês de julho em homenagem à data de 25 de julho, dia internacional da mulher negra afro latino-americana e caribenha.

Resultado do esforço e da atuação de mulheres negras que intencionavam promover ações que avançassem o espaço do Estado, onde não basta a simples

ocupação quando as forças não convergem para a transformação, há mais de uma década o Odara, trilha sozinha e se alinhando com demais organizações no sentido de trazer à tona discussões e novas perspectivas para as mulheres negras, onde o resultado é frutífero para toda a comunidade.

Instituto Cultural Steve Biko

Originado da inquietação de jovens negros que conseguiram acessar o ensino superior e percebiam a ausência de outras pessoas negras nestes espaços, principalmente na Universidade Federal da Bahia, foi criado o Instituto Cultural Steve Biko, em 31 de julho de 1992, sendo reconhecido por ser o primeiro curso pré-vestibular direcionado a pessoas negras no país.

Além de oferecer a formação em conteúdos necessários para inserção no espaço universitário, também estimulam criticamente e politicamente seus alunos, apresentando uma nova narrativa sobre a história da população negra no país e os principais atores nessa jornada, dessa forma contribuindo para a construção de auto estima e identidade, sendo um espaço de resistência ao racismo através da educação e possibilitando ascensão social.

Em razão de ter sido pensado por militantes do Movimento Negro, o ICSB incorporou muito das lutas e dos debates antirracistas, realizando ações afirmativas antes delas ganharem agenda no país. O que demonstra seu caráter de ONG atuante em seu papel político e participe na transformação das condições de vida da população negra brasileira, principalmente baiana, focando na redução da desigualdade educacional que afeta os negros.

ONGs negras de forma geral tiveram impacto muito grande no terreno da cultura ampliando o espaço de representatividade da população negra nas áreas da educação, discussão sobre saúde e direitos das mulheres, indústria cultural: televisão, teatro e entre outros. No tocante ao mundo do trabalho percebemos que os dados ainda são diminutos se nos embasarmos nas séries históricas produzidas sobre o trabalho pelo IBGE. Conforme podemos observar, a taxa de desemprego

por raça em PEA de 25 anos ou mais dentre os anos de 1992 e 2001 se concentrou durante todo o período na população negra. Em 1992 foram 3,9% para brancos e 4,8% para negros; em 1993 foram 3,5% para brancos e 4,5% para negros; em 1995 foram 3,7% para brancos e 4,4% para negros; em 1996 foram 4,3% para brancos e 5,1% para negros; em 1997 foram 4,9% para brancos e 5,9% para negros; em 1998 foram 5,6% para brancos e 6,4% para negros; em 1999 foram 6,0% para brancos e 7,3% para negros e 2001 sendo 5,6% para brancos e 7,5% para negros. (MARTINS, p.32, 2003)

Todavia, é visto em Pinto et al (2021) que a inclusão do negro no mercado de trabalho formal foi possibilitada a partir de 1930 com a primeira reforma administrativa promovida pelo então Presidente Getúlio Vargas, onde através da criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) abriu espaço para que a população negra se tornasse funcionária estatutária, ou melhor, funcionários públicos com estabilidade, destacando que o critério de acesso não se baseava na boa aparência física ou no fenótipo, isto é, na cor da pele. Também podemos dar ênfase a lei dos $\frac{2}{3}$ ², posta primeiramente como decreto e posteriormente incorporada à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Essa é uma das razões que contribuíram para que a população da época acreditasse que Getúlio Vargas fosse seu grande pai. Pois apesar de envolto em contradições, foi no governo Vargas onde ocorreu o pontapé inicial da adoção de medidas protetivas aos trabalhadores, contribuindo com a construção de sua imagem paterna. No entanto, essas conquistas da classe trabalhadora começam a definhar com FHC, que retira o que Getúlio consensuou, fazendo-nos notar que se a população negra conseguiu acessar o mercado de trabalho na era Vargas começou a ser expulsa a partir de FHC com sua quarta reforma.

² A lei dos $\frac{2}{3}$ ou capítulo da Nacionalização do Trabalho assegura que dois terços do quadro profissional de empresas nacionais sejam ocupados por brasileiros. Ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html> e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 12 out. 21

Nesse sentido, qual o papel das ONGs? Essas conseguiram ampliar sua capacidade de atuação devido terem mais acessos a recursos financeiros, promovendo mudanças ao povo negro, mesmo que ainda não em grande extensão, considerando seu papel de atuação local e o quantitativo da população negra no país. No entanto, por que essas não são qualificadas enquanto OS? A resposta está nos recursos acessados que, mesmo sendo um diferencial, não são suficientes para que essas se apresentem e atuem como OS. Dessa forma, considerando o sistema capitalista que nos rege e seu entranhamento no Estado, inferimos aqui que se fossem possibilitadas as ONGs negras tornarem-se OS elas seriam um contraponto a projetos grandiosos confessionais, da Igreja Católica e Evangélica, promoveriam espaços de trabalho para a população negra, além disso, apresentariam um novo espaço partindo de outra perspectiva de sociabilidade, a não ocidental atuando no contexto do Estado Capitalista.

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO: OLHANDO RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO COM AS LENTES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

1.5.1 O racismo como norteador da ação do Estado

Antes de partir do conceito sociológico de raça, que é histórico e político em função de sua capacidade de designar lugares sociais, é interessante retomar seu percurso ao longo do tempo para que faça sentido a exposição sobre a premissa posta.

Esse conceito surgiu para designar as espécies na biologia e na zoologia, até ser utilizado para diferenciar pessoas. É sabido que biologicamente não há espécies de raça humana, no entanto quando o homem sai de objeto filosófico e passa a ser científico (ALMEIDA, 2018, p.23), abre-se a brecha para diferenciar e classificar as pessoas, tomando como referência o homem branco europeu, onde os movimentos como iluminismo e naturalismo se desenvolveram. Para Munanga (2003, p.05) foram

hierarquizados falsos conceitos de raças humanas, utilizando alianças de traços biológicos, morais, psicológicos, intelectuais e culturais para explicar que alguns humanos seriam superiores a outros, logo brancos no topo de classificação e negros na inferioridade.

A Europa obteve destaque considerável na formulação de ideologias e no exercício de poder de dominação, pois tomavam sua história enquanto universal, desconsiderando particularidades sobre outros povos, bem como as civilizações anteriores, centralizando o seu conceito de razão e civilização e assim justificando atrocidades. Então ao longo do desenvolvimento político, econômico, de descoberta de novas tecnologias, a ideia das raças foi sendo desdobrada e difundida, e mesmo após comprovação de que não há variações entre a raça humana, a superioridade dos brancos sobre negros, indígenas, árabes e asiáticos, permaneceu tal como uma doutrina.

Essa perpetuação enquanto doutrina funciona determinando lugares, e por isso no Brasil adota-se o conceito de raça enquanto socialmente político (ALMEIDA, 2018, p. 24), pois a ideologia racista definiu os espaços do negro e constituiu a formação social desse país. Desconsiderar raça no Brasil é invisibilizar diversos aspectos que o estrutura, é naturalizar fossos de desigualdade, funcionamento estatal, relações sociais, etc. É retirar a explicação fundante acerca dos fenômenos negros pobres, negros encarcerados e negros mortos.

Segundo Almeida (2018, p. 25):

[...] Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertencem.

Além dos negros, no Brasil, os indígenas também são alvo de racismo e suas demandas são invisibilizadas, no entanto neste trabalho vamos nos ater ao primeiro grupo. O escravismo no Brasil durou quase 400 anos e a ausência de políticas públicas reparatórias após esse período, aprofundada por leis limitadoras, ampliou

esse fosso e é a partir disso que se analisa o fato de que negros sejam permanentes inseridos na posição de desigualdade.

A Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850 que dispõe sobre as terras devolutas do Império, diz “Art. 1º Ficam *proibidas as aquisições* de terras devolutas por outro *título* que não seja o de compra”, expressando a intenção de construção de país. Como poderiam os negros serem donos de terra se estariam saindo da condição de escravizado? Essa legislação antecipou a Lei Áurea, e pode ser entendida como uma preparação para a inserção do capitalismo no país e, evidentemente, não queriam proprietários negros.

No entanto, houve estímulos para que ocorresse a imigração de europeus, que por ventura substituiria a mão de obra escravizada e responderia aos anseios de limpeza racial dos governantes do período. Segundo Bertúllio (1989, p. 16) “o governo brasileiro incentivou a imigração de brancos de todas as formas. Quer com financiamento de passagens, estadias, doações de terras...”. A imigração contribuiu para a assimilação da sociedade do negro vadio e preguiçoso, por sua vez esses se encontravam sem terras, sem trabalhos formais, sem residência, a autora reforça que “este movimento vem acirrar as relações raciais em nossa sociedade. O racismo brasileiro junta-se ao já formado racismo europeu.”

Não é assim que se inicia a história do negro e esse é um dos males do racismo, apagar a história de um povo e manter em submissão. Toda sua história em África e até mesmo a resistência ao escravismo foi invisibilizada para que uma narrativa sobre o negro fosse construída. Se essa não pode ser apresentada enquanto a história do negro, pode ser apresentada enquanto a história do Brasil, pois foi sobre essas bases que ele se formou e se sustenta, com brancos sendo majoritariamente beneficiados e ocupando as instituições que designarão o destino de pessoas negras e isso é denominado como racismo institucional.

De acordo com Almeida (2018, p. 30) as instituições influenciam e conformam o comportamento dos indivíduos ao mesmo tempo em que trazem em si os embates sociais. Logo seu corpo é utilizado para defender o interesse de quem os gerencia,

difundindo seus interesses políticos e econômicos, o que necessariamente perpassa os conflitos raciais. O racismo institucional é o uso dessas instituições para configurar lugares em função da raça, com desvantagens e privilégios. Essas instituições normatizam as formas sociais, organizam a sociedade de modo que a crença destas se torna natural.

As instituições públicas exercem papel muito influente na elaboração e manutenção do racismo institucional, se tornando visível através de suas leis e execução destas, e age desde o início para a conservação da estrutura social posta. A antiguidade do racismo institucional foi citada anteriormente na lei que dispõe sobre as terras devolutas e pode ser vista também no Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890 que promulga o Código Penal, onde havia o Capítulo XIII dispendo de penalidades para vadios e capoeiras.

Segundo o Decreto nº 847/1890:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes.

Esse decreto surge então como uma forma de manter controle sobre corpos negros, inseri-los em trabalhos em que o Estado considere adequado, reforçar o estereotipo de vadios, desconsiderando toda a particularidade em que esses foram expostos. Ou seja, após o escravismo continuaram buscando maneiras de prosseguirem com a dominação e conservando o que já estava estabelecido.

Os elementos considerados demonstram que as instituições são reflexos da sociedade, e segundo Almeida (2018, p. 36) servem para “resguardar a ordem social”. Diante de todo o exposto compreende-se que a sociedade brasileira foi fundada sobre o racismo e carrega até os dias atuais a forma racista de pensar e de agir, e possui o Estado enquanto principal meio de reforçar essa ordem.

O conceito de racismo estrutural é um avanço na compreensão desse elemento tão complexo e difuso. É analisar na essência para compreender sua aparência, das razões de ser tão particular do/no Brasil, suas manifestações, ser tão

persuasivo e naturalizado, de ser denunciado e invisibilizado. Com base em Almeida (2018, p.40) o racismo para ser estrutural necessita de poder político, expresso em sua institucionalização estatal, ele é ideológico porque propaga narrativas e é histórico em razão de absorver traços da formação social do país.

Dessa forma o presente trabalho considera raça enquanto um definidor social, utilizando os conceitos de racismo institucional e estrutural para compreender as relações sociais brasileiras e por que o negro está inserido e permanece nos lugares sociais hoje. Considera o Estado o principal vetor que potencializa o racismo, visto que só exerce, quando exerce, medidas pontuais para a transformação de sua condição, e, além disso, encarcera e mata corpos negros em massa nesse país. Importante elucidar que não foi abordado racismo individual, mas não se considera menos importante ou com menos potencial de afetar vidas negras, pois é destrutivo igual e adoece, mas buscou-se abordar em escopo amplo que se relaciona com as demais categorias que serão abordadas futuramente.

O propósito a ser investigado consiste na vinculação das ONGs como espaços de auto organização e resistência da população negra em razão desta não ter suas demandas atendidas pelo Estado devido ao racismo que o constitui.

1.5.2 Considerações sobre classes sociais

As classes sociais são frutos das análises de Marx, Engels e Lenin, onde duas classes fundamentais se antagonizam no capitalismo, os burgueses e proletários; os primeiros exploram a força de trabalho dos segundos. Existem estratos de classes intermediários, mas podemos considerar que as classes supracitadas são fundamentais e determinantes na luta de classes porque uma se conforma em razão da existência da outra, movimento chamado de tendência de bipolarização (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

Dessa maneira o conceito de classe do ponto de vista da teoria crítica pode ser entendido de maneira mais completa a partir dos escritos de Lenin:

Grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção historicamente determinado, pela sua relação (no mais

das vezes fixadas e formuladas nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões de parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao facto de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (LENIN, 2020).

Seguindo esta compreensão de Lênin, pode-se concluir que classe social não corresponde a quantidade de dinheiro ou apenas a status social, sendo uma definição que exige que se identifique concomitantemente vários aspectos sobrepostos em determinado grupo social como: qual a função exercida ao trabalhar, se vende ou compra força de trabalho, se compra meios de produção, se tem patrimônio, notadamente por transmissão geracional familiar, se planeja ou executa atividades, qual o padrão e poder de consumo, escolaridade, entre outros, além do status social. Estes elementos conjuntamente é que permitem a condição de durabilidade de uma classe social, o que não significa imutabilidade.

No Manifesto do Partido Comunista (2003, p. 26) os autores detalham um pouco acerca das classes sociais:

A história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes. [...] Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda a parte uma divisão complexa da divisão da sociedade em classes diferentes, **uma gradação múltipla das condições sociais**. [...] A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas. (Grifo meu).

Compreende-se então que essas classes se relacionam e estão em conflito, pois uma não existe sem a outra, como já mencionamos. Para exemplificar o funcionamento da sociedade burguesa, Marx exemplificou suas análises sobre classes sociais no trabalho industrial vigente na época. No entanto, Amorim, Wolff e Raslan (2011) apresentam considerações acerca de discussões que afirmam que o conceito marxista estaria ultrapassado devido às transformações do mundo trabalho e uma possível perda da centralidade deste para os serviços, partindo da concepção de que as classes sociais em Marx estariam vinculadas exclusivamente ao trabalho fabril. No Brasil começaram a surgir produções deste tipo nos fins dos anos 1970, desconsiderando o contexto descompassado do país, em relação aos países

desenvolvidos, durante as análises, e em 1990 iniciam-se as produções que segundo os autores “reduziam a análise marxista no campo econômico”.

Segundo Braz (2012, p.480) o período de surgimento dessas teses acerca da superação do marxismo e, conseqüentemente, das classes sociais coincide com as derrotas das esquerdas, a queda na industrialização e “desinteresse pelas formas coletivas de organização política”, fruto das crises dos partidos políticos revolucionários. E insurgia na sociedade civil manifestações acerca de novas questões tais como culturais, étnicas e ambientais, “a sociabilidade, modo de vida e valores.” (AMORIM, WOLFF E RASLAN, 2011, p. 13). Dessa forma foi difundindo-se “uma espécie de supervalorização das particularidades ao mesmo tempo em que se sustenta a inexistência de um elemento universalizante (a classe, especificamente)”. (BRAZ, 2012, p. 484).

Amorim, Wolff e Raslan (2011, p.18) apontam que há uma diferença da análise de Marx, em seus escritos, do que foi propagado pelos partidos comunistas, vinculado exclusivamente a produção de mercadorias, logo a característica econômica. Para os autores, não há como centralizar a dimensão econômica em detrimento da política e social, elas estão imbricadas e seriam essas a contribuição de Marx na definição de classes sociais:

[...] podemos aqui reter o conceito de classe social, como uma abstração concreta, como um mecanismo de análise das relações sociais em formações sociais distintas, que explicita os edifícios fundamentais da estrutura capitalista como organização do Estado, do governo, dos partidos, dos sindicatos, da escola, dos movimentos sociais. Ou seja, de como uma sociedade é construída e com base em quais interesses políticos ela opera.

Apesar das variadas considerações, entre os marxistas e os contrários ao marxismo, Braz (2012, p.483) afirma concluir que quatro elementos são convergentes em ambas as teses:

a) o consenso em torno da *constatação do declínio do movimento operário tradicional* em todo o mundo e, em particular, na Europa Ocidental (observado por meio de vários indicadores, como diminuição de greves, das taxas de sindicalização etc.); b) conseqüentemente a essa constatação, o consenso em torno da *ineficiência dos métodos e dos modelos de organização política* adotados até então por tal movimento; c) a ideia de que as lutas sociais têm crescentemente extrapolado a esfera produtiva *stricto sensu*, configurando um relativo deslocamento das lutas sociais para

a esfera da reprodução social; d) a noção de que temos, desde os anos 1970, um crescimento indiscutível de "novos sujeitos" portadores de inúmeros interesses, configurando uma verdadeira *explosão de novas particularidades sociais*. (Grifos do autor).

A vista disso houve uma descaracterização do proletariado, tal como Marx apresentou, no entanto ainda há subjugação de uma classe a outra, mesmo que de forma mais complexa e por ora até camuflada devido a reestruturação do mundo do trabalho, que são associadas a ditas "particularidades" como raça e gênero. Chamar estes demarcadores de particularidades é bastante controverso até porque ambas são anteriores ao capitalismo como formas de opressão.

Marx (2011, p.142) não restringiu as classes sociais apenas as condições econômicas, ele insere também para a sua constituição o modo de vida, interesses e cultura, possibilitando o abarcamento dessa novas configurações que ultrapassam o trabalho, considerando ainda que estamos em uma sociedade capitalista, onde as relações são mediadas pela exploração, e essas "novas particularidades sociais" virão perpassadas pelas características do modo de produção, que refletirão os interesses ou as demandas de uma determinada classe.

1.5.2 A interseccionalidade de raça e classe

O mesmo estudo do IBGE, *Desigualdades Sociais por Raça ou Cor no Brasil* (2018, p.03), fornece informações relevantes referentes a intersecção de raça, classe e gênero para a produção de desigualdades sociais. Aliadas aprofundam o fosso de disparidades, tomando por exemplo os rendimentos, os dados revelam que:

As razões de rendimentos combinadas por cor ou raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade que os homens do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos possuem rendimentos superiores somente ao das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações).

Os números representam os locais estabelecidos frutos do racismo institucional e estrutural que integram a sociedade brasileira dificultando a

mobilidade e ascensão dos negros. Dessa forma, é notório que há possibilidade de analisar sozinho os efeitos perversos do racismo, no entanto quando realizado um entrecruzamento de eixos percebe-se o quanto ele pode ser um intensificador para as opressões, principalmente as de classe e gênero.

Crenshaw, pensadora da interseccionalidade, desenvolve um detalhamento acerca de como atuar diante das intersecções e como essas se apresentam, utilizando exemplos reais das desigualdades geradas pelo gênero e raça, bem como outras questões que podem ser associadas à interseccionalidade.

Sua análise toma como ponto de partida o fato de que os direitos humanos não abarcavam as especificidades de todos, principalmente de mulheres. Dessa forma a infração dos direitos humanos femininos eram marginalizadas, contrariando a premissa de universalidade posta pelos direitos humanos. Esse local de periferia atribuído às mulheres torna-se um espaço fecundo para a perpetuação de violências que aliam raça e gênero.

A partir do momento que as agências de direitos humanos reconhecem que existe diferença de gênero (homem versus mulher), deve-se considerar as diferenças existentes dentro do gênero, o que irá oferecer experiências distintas aos grupos de mulheres. Crenshaw (2002, p. 173) afirma que “essa sobreposição de trajetórias cria uma etapa particularmente receptiva para pensar a interação entre as discriminações de raça e de gênero”. Para sustentar isso, ela aponta dois imperativos, o primeiro de incorporação da perspectiva de gênero e o segundo, a lógica dessa incorporação. Sobre a incorporação ela diz:

Considerando que a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres podem as vezes vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferentes dos homens, o imperativo de incorporação do gênero põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e por outras intolerâncias correlatas. Portanto, a incorporação do gênero, no contexto de análise do racismo, não apenas traz à tona a discriminação racial contra as mulheres, mas também permite um entendimento mais profundo das formas específicas pelas quais o gênero configura a discriminação também enfrentada pelos homens (CRENSHAW, 2002, p.173).

A lógica de incorporação é o reconhecimento de que além do gênero, existem outros fatores que irão particularizar essa experiência já diferenciada em função do gênero. Crenshaw (2002, p. 173) afirma que “outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ [...]”, reconhecendo que existem discriminações que são mascaradas e consentidas. Essa invisibilização é permitida pelo duplo problema de superinclusão e de subinclusão” (CRENSHAW, 2002, p. 174).

A superinclusão é quando problemas referentes a grupos específicos de mulheres são expressos como uma questão de todas. De acordo com Crenshaw (2002, p.174) “a superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância”. A subinclusão é a desconsideração de uma determinada discriminação em razão de ser mulher, porque ela não afeta o grupo dominante, logo não ocorre notificação e esse problema se reproduz constantemente. Diante disso a autora conclui que: “em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a *diferença torna invisível* um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria *diferença é invisível*” (CRENSHAW, 2002, p. 176).

A depender de qual seja a estrutura social posta (racismo ou patriarcalismo) a apresentação das questões podem ser obscurecidas devido a ocorrência de superficialidade das análises ou expressão imediata do problema, dificultando uma investigação interseccional sobre a dinâmica exposta, principalmente quando as mulheres são recorrentemente colocadas em situação de subordinação. Essa estrutura social pode ser potencializada pelos “contextos econômicos, culturais e sociais” (CRENSHAW, 2002, p. 176).

A autora define interseccionalidade como:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o

patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade ocorre no âmbito de entrecruzamento de subordinações, podendo ser relações sociais ou não, que promove um nível de opressão diferenciado aos sujeitos desses atravessamentos, onde não é possível estabelecer uma hierarquia entre os eixos envolvidos. Dessa forma, não há como apresentar solução para um eixo desconsiderando os demais, pois os outros continuarão se sobrepondo e convergindo.

Crenshaw, em sua escrita, exemplifica situações de interseccionalidade a partir da realidade de países do mundo e traz a tipificação de “subordinação interseccional estrutural” (CRENSHAW, 2002, p. 179) que ocorre quando elementos estruturais e políticos se confluem com eixos de subordinação, mesmo que a política não seja direcionada a um grupo, seus efeitos contribuem para a reprodução de desigualdades, que serão aprofundadas com as intersecções dos eixos.

Assim, a análise interseccional deve ser realizada de forma ampla e com olhares atentos a outras formas possíveis de subordinação, pois tendem a ser marcadores de investigação. Neste sentido, de acordo com Crenshaw (2002, p. 180):

[...] as consequências da subordinação interseccional não precisam ser intencionalmente produzidas. As políticas de ajuste estrutural deflagram certas dinâmicas que acabam afetando as mulheres de diferentes maneiras, embora essas decisões não sejam intencionalmente discriminatórias e nem sejam fruto de políticas totalmente nacionais.

Ao mesmo tempo em que discorre sobre as expressões de intersecções, a autora desenvolve formas de desvendar estas, bem como do seu enfrentamento, voltando-se sempre para as instituições e organizações não governamentais envolvidas com os direitos humanos a fim de alertá-los para essas especificidades e pela impossibilidade de trabalhar com direitos humanos sem interseccionar os eixos de subordinação.

A vista disso, trouxemos o conceito de interseccionalidade por acreditar que a categoria classe social junto a raça e gênero poderão contribuir com análises sobre as desigualdades étnico-raciais e de gênero transversalizadas pela classe social, logo no direcionamento das ONGs aqui estudadas.

1.6 PROPOSTA METODOLÓGICA

Essa pesquisa segue um *demarche* qualitativo utilizando-se de fontes primárias e secundárias, isto é, para construir nossas argumentações em torno do tema fizemos um levantamento bibliográfico, utilizamos também de dados jornalísticos e conteúdos da mídia alternativa e online.

Servimo-nos de fontes primárias coletadas por meio das entrevistas em profundidade. De acordo com Duarte (2005) entrevista em profundidade é “técnica qualitativa que explora um assunto a partir de busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. [...] Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estática.”

A abordagem qualitativa é recorrente nas pesquisas sociais, pois compreende aspectos gerais dos sujeitos e situações. De acordo com Godoy (1998) “de maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve”.

A presente pesquisa é empírica, também tratada enquanto estudo de campo, “é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (GIL, 2002, p.53). A coleta de dados empíricos foi realizada através de uma entrevista semiestruturada, com a intenção de permitir a inserção de

dados novos para a produção do trabalho. Segundo Triviños (1987, p.145) a entrevista semiestruturada:

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa.

Coleta de dados

O desenvolvimento da pesquisa foi norteado pela liberdade e autonomia do participante, respeitando sua opinião e a confidencialidade dos dados, considerando os direcionamentos dispostos nas Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012, que estabelecem normativas para pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais, e Saúde.

O roteiro semiestruturado foi composto por 08 (oito) perguntas que foram dirigidas a cada 01 (um) dos representantes das duas instituições selecionadas, resultando na realização de duas entrevistas. Essas foram realizadas em ambiente virtual de forma não presencial por meio da plataforma *meet* gravada, com prévia autorização do (a) entrevistado (a), para posterior transcrição e análise dos dados. Sendo estabelecido o tempo máximo de duas horas para a entrevista, pelo cansaço que esse tipo de interação promove, também considerando que houvesse intercorrências, além da intenção de deixar o entrevistado livre para apresentar sua narrativa. Vale salientar que, conforme, as respostas foram antecipadas pelo entrevistado (a), elas não foram indagadas pela entrevistadora, demonstrando uma escuta atenta e respeitável.

A realização da pesquisa por meio virtual de forma não presencial se justificou em virtude da crise sanitária de covid-19 no Brasil, o que impede a livre circulação das partes interessadas. Dessa forma foram levados em consideração os riscos que circundaram a execução da presente pesquisa, bem como as proposições de resolução: 1. Instabilidade de conexão em ambas as partes, para sanar, caso ocorresse, a medida utilizada – mediante prévio acordo - seria de realizar imediato

contato telefônico, para que a interrupção da entrevista fosse minimizada; 2. Ambiente com ruído em ambas as partes, foi previamente acordado que a pesquisa seria feita em local sem barulhos externos e em horário que possibilitasse a realização, mas respeitando a disponibilidade do entrevistado. No desenvolvimento da entrevista, caso houvesse ruídos impeditivos da continuação, mesmo por contato telefônico, seria acordado um segundo momento para que a entrevista fosse realizada; 3. Informações vinculadas a pesquisa em plataformas virtuais, compartilhadas e de “nuvem”, considerando as recomendações da Carta Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS e observando as limitações postas pelas tecnologias as executoras deste projeto, para garantir a confidencialidade e impedir violação das informações obtidas, comprometem-se em transferir os dados coletados para um dispositivo eletrônico de uso particular, excluindo qualquer possibilidade da pesquisa ora proposta estar disponibilizada em quaisquer outros espaços.

Levando em consideração que é um risco a possibilidade de identificação dos entrevistados e visando proteger seus dados pessoais, bem como manter o sigilo e a confidencialidade, durante a exposição das informações coletadas no corpo do trabalho os nomes dos entrevistados serão ocultados e substituídos pelos nomes das respectivas instituições.

O questionário foi construído sem a intenção de causar desconforto, em linguagem acessível, mas caso o entrevistado não compreendesse a pergunta e sentisse desconforto, a entrevistadora reformularia a pergunta de forma mais fácil, caso persista continuará normalmente a entrevista se abstendo do questionamento.

Após coleta dos dados foi realizada a análise destes, de modo a evidenciar e comparar as respostas obtidas, buscando concluir acerca da situação sócio histórica, do seu público, das atividades desenvolvidas, do trabalho emancipatório e outras questões que podem surgir devido a característica do roteiro semiestruturado.

Enfim, pretendeu-se uma reaproximação à estrutura teórica do trabalho, bem como busca de outras categorias que se fizerem necessárias para complementar a análise das narrativas trazidas pelas organizações em suas trajetórias de resistência

no que se refere ao enfrentamento às desigualdades de classe social e raça na cidade de Salvador.

1.7 GUIANDO O LEITOR

Essa viagem tem início com um prólogo nas páginas pré-textuais que tem a responsabilidade de me explicar ao leitor a minha relação com essa temática revelando a minha aproximação com o tema. Senti-me ali à vontade. Logo a seguir o leitor vai se deparar com as páginas textuais: introdução e demais capítulos. Na introdução apresento o objetivo do trabalho, enuncio o tema/problema, hipóteses, referencial teórico e metodologia.

No capítulo 1 nos detivemos a apresentar brevemente uma discussão sobre as ONGs, logo após os conceitos de racismo, classes sociais e interseccionalidade, e como a convergência destes nos permite compreender sobre o foco das ações dos Institutos Odara e Steve Biko.

No capítulo 2 “As ONGs no contexto brasileiro: breves reflexões históricas” evidenciamos a capacidade organizativa da população negra, com alguns apontamentos ao longo da história. Aliado a isso o processo de institucionalização do movimento negro que vai resultar nas ONGs negras. É realizada uma sucinta apreciação da quarta reforma e como ela potencializa as ações das entidades paraestatais, e como isso impacta nas ONGs negras e na sua atuação.

No capítulo 3 “O Serviço Social, a questão étnico-racial e as ONGs” apresentamos o Serviço Social enquanto parte da história e o seu papel funcional ao Estado que compartilhava seu ideário racista com a sociedade. Reforçamos a pauta de que é necessário considerar a raça para a compreensão das desigualdades raciais no país e como ela está avançando na profissão, mas se esbarra no problema da incipiente absorção no currículo. Além disso, como o entendimento

hegemônico do Serviço Social sobre as ONGs pode encobrir discussões sobre pautas legítimas, como é o caso das ONGs negras.

No capítulo 4 “As organizações não governamentais” retratamos os institutos a partir dos dados das entrevistas, permitindo a narrativa destas, ao mesmo tempo que salientamos aspectos importantes e que convergem com a discussão teórica apresentada.

Concluo retomando os objetivos e a tese dessa escrita, e reafirmando o cerne deste trabalho.

2 AS ONGS NO CONTEXTO BRASILEIRO: BREVES REFLEXÕES HISTÓRICAS

2.1 O SURGIMENTO DAS ONGS NEGRAS

Antes das ONGs existirem juridicamente a população negra já desenvolvia ações similares, reforçando a sua capacidade auto organizativa de resistir às imposições e desvantagens vividas em diáspora. Dessa forma, este grupo utilizou das ONGs para ampliar sua capacidade interventiva e buscar promover transformação material e efetiva para os demais membros, que infelizmente não poderiam e nem deveriam, aguardar ações do Estado, em virtude desse ser central no reforço e promoção de desigualdades que atingem os negros e demais minorias políticas no país.

Os quilombos são exemplos notáveis da capacidade organizativa desse grupo que depois foi sofrendo adaptações, sempre na perspectiva do seu tempo, como a Irmandade do Rosário dos Pretos e Sociedade Protetora dos Desvalidos, que dentro de suas possibilidades e limitações, intencionavam dirimir os males provocados pelo processo de escravização.

Historicamente são extremamente relevantes a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, São Paulo, Sodré (1998, p. 103) afirma que foi a primeira entidade de evidente penetração na população negra, objetivando a unidade no combate as mais diversas formas de discriminação que o negro enfrentava numa sociedade “desigual”, no entanto foi extinta em 1937 em razão do Estado Novo e em 1945 as lideranças anteriores da FNB fundam a Associação do Negro Brasileiro e o Jornal Clarim da Alvorada, que demandavam uma legislação penal para punir os crimes de discriminação racial.

De acordo com Sodré (1998) o golpe de 1964 impossibilitou o aprofundamento do discurso político e racial, tornando-se alternativa, as organizações e o movimento negro se voltarem para o campo cultural, continuando o trabalho através do fortalecimento de identidade, subjetivando a reflexão e o questionamento sobre ser negro no Brasil e a retomada de sua ancestralidade. Em virtude disso, na década de 70, eclodem os blocos afros na Bahia exercendo esse duplo papel.

Em 1978 foi formado o Movimento Negro Unificado (MNU) nas escadarias do Teatro de São Paulo, tendo maior expressividade na organização e direcionamento das ações voltadas para a população negra “inserindo-se no âmbito das formas dos movimentos reivindicatórios negros contemporâneos, estimuladores de uma nova dinâmica na retomada da participação política, denunciatória e contestatória das práticas racistas ainda existentes em nossa sociedade. A reflexão, a ação política, e as manifestações culturais ganham maior consciência para parcela expressiva da população negra.” (SODRÉ, 1998, p. 104)

E nesse tom de enfrentamento e mutabilidade o movimento negro avança, considerando as transformações políticos e sociais do país. Importante considerar que o movimento negro é plural e diverso, não é um bloco, são pessoas e por isso haverão convergências e divergências, mas, obviamente, sempre pautado pela luta antirracista e na perspectiva de avanço nas condições de vida da população negra. Portanto, quando setores desse começam a adotar uma intenção de se aproximar do Estado ou receber financiamento internacional, como veremos adiante, haverá conflito e acusação, ao mesmo tempo que receio, da cooptação do movimento pelo Estado e investidores. No entanto, a aproximação ocorre como, por exemplo, a participação de Carlos Alberto Medeiros como chefe do gabinete da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da População Negra (Sedepron), posteriormente nomeada Seafro, durante a gestão de Abdias do Nascimento a frente da Secretaria (1991-1994), em São Paulo, ainda a nível de exemplo, em 1987 Sueli Carneiro foi convidada para coordenar o Programa Nacional da Mulher Negra,

dentro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. (PEREIRA, 2010)

A aproximação é um passo de grande relevância, quando se considera que somente a instituição Estado é capaz de promover alterações em uma perspectiva universal, mas ao mesmo tempo se constata que “a criação e a instalação desse tipo de organismo não significava a efetivação de políticas públicas voltadas para a população negra. Em geral eram órgãos consultivos, e não executivos, o que já limitava suas possibilidades de ação, e, [...] eles tinham um status inferior dentro da estrutura do Estado” (PEREIRA, 2010, p. 221). Dessa forma, percebe-se que se não houver um real comprometimento da máquina estatal e continuar a dependência das políticas de governo, será ínfima a capacidade de mudança, ou seja, essa inserção ainda não conseguia dar conta dos anseios que permeavam a população negra naquele dado momento.

Podemos verificar esse descompasso entre inserção pontual e percepção estatal no Centenário da Abolição em 1988, onde o governo tinha uma programação nacional oficial que pretendia reforçar o discurso de relações raciais harmônicas, o que se opunha a realidade e ao posicionamento do movimento negro, que organizou manifestações e teve como ato principal a Marcha contra a farsa da Abolição realizada em 11 de maio de 1998 no Rio de Janeiro, com o lema “Nada mudou, vamos mudar”, que de acordo com Rios (2008) e Pereira (2010) contribuiu fortemente no processo de institucionalização do movimento negro e surgimento das primeiras organizações não governamentais negras no Brasil. São elas, segundo Rios (2008, p.146):

Maria Mulher (1987), Instituto do Negro Padre Batista (1987); Geledés – Instituto da Mulher Negra (1988); UNEGRO – União dos Negros pela Igualdade (1988); CEAP – Centro de Articulações de Populações Marginalizadas (1989); CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (1990); Casa de Cultura da Mulher Negra (1990), Soweto Organização Negra (1991); Criola (1992) e o Steve Biko (1992).

Com diversas áreas de atuação dentre elas educação, direitos da mulher negra, defesa dos direitos humanos, mercado de trabalho, vão intervir diretamente através de programas e projetos, também pressionando por políticas públicas e as

acompanhando. São evidência da necessidade de um trabalho mais prático, direto e palpável, onde se pudesse perceber uma alteração e não parecesse algo distante, como demonstra Rios (2008, p.77) ao descrever sobre o sentimento dos Agentes da Pastoral Negros (APNs):

Passados os tempos dos protestos e denúncias que marcaram os anos da democratização, no início da década de 90, os APNs decidem que não bastava somente intervir no plano da “conscientização racial”, era preciso uma ação que pudesse mudar a vida concreta dos negros. Esse foi o entendimento do grupo eclesial, que tinha passado quase uma década desenvolvendo proposta de diálogo com a população negra e pobre da baixada fluminense, usando como estratégia a divulgação de informações acerca de sua história e cultura.

Além disso, eram também espaços de continuidade daqueles que conseguiram em algum momento trabalhar na máquina pública, mas que encontraram limitações na execução de atividades. Como diz Hédio Silva Júnior em entrevista a Pereira (2010, p. 233):

E quando o Conselho foi esvaziado, a gente estava fazendo um trabalho com os sindicatos que a gente achava que era importante, as pessoas diziam que era importante. Era finalmente discutir a questão racial dentro do sindicato. E a forma que a gente teve foi criar uma ONG, que é o Ceert, que depois acabou expandindo para outras áreas.

Sendo assim, ao longo dos anos 90 vão surgir novas organizações negras que irão se enquadrar enquanto ONGs, segundo Rios (2008, p. 63) essa institucionalização é parte da “estrutura de mobilização” do movimento negro. De acordo com a ABONG (1996) datam desde 1975 entidades que enunciavam em seu objetivo de atuação combater o racismo, no entanto elas possuíam características diferenciadas, e só podem ser compreendidas como ONGs quando mudam suas bases de financiamento. Por conseguinte essas iniciam parcerias com o Estado e também com instituições internacionais como Fundação Ford e MacArthur, onde inicialmente as organizações tinham que buscar os incentivos e que hoje se dão por meio de editais. As entidades negras, anteriores ao surgimento legal das ONGs, para desenvolverem suas atividades necessitavam de contribuições financeiras de seus associados e realizações de eventos, o que limitava sua capacidade de

atuação. Para Rios (2008, p. 147) foi essa nova possibilidade de sustentação financeira que possibilitou a ampliação e institucionalização de ONGs negras:

Um dos elementos que distingue a forma organizativa contemporânea da do passado é o modo pelo qual as entidades acessam os recursos econômicos. Antes, as organizações negras possuíam as bases materiais frágeis, pois dependiam quase que exclusivamente de donativos dos seus filiados, exigindo esforços para arregimentar o maior número possível de pessoas. [...] A forma de sustentação material das entidades foi um lócus privilegiado para as mudanças que geraram uma diferenciação crescente no movimento, tornando-o mais institucionalizado.

Sodré (1998, p. 103), em sua escrita precursora sobre ONG negras, chama essas organizações de “NEGRONGS” devido a sua atuação vinculada a questão racial tanto em pautas reivindicatórias quanto em intervenção social, no entanto esse termo é pouco utilizado, sendo escasso os materiais que o utilizem. Para a autora Rios (2008, p. 64) nem todas as ONGs com abordagem racial representam a institucionalização do movimento negro, sendo apenas aquelas que tem “alto poder de mobilização, capaz de promover protesto de rua e sustentar as principais bandeiras do Movimento Negro.” Dessa forma, compreende-se a necessidade de haver uma aproximação anterior dos envolvidos com a gestão e execução de atividades das ONGs com o movimento negro, com as pautas que lhe são comuns, para que possa haver reivindicação desse título. Como exemplifica Rios (2008, p.146):

No conjunto das representações do ativismo negro, a palavra “ONG” serve para classificar as entidades que prestam serviços sistemáticos a setores da população, o que exige uma forma administrativa própria e recursos financeiros regulares para a sua manutenção. Desse modo, o caráter técnico-administrativo e profissional das entidades é evocado nos contextos em que os militantes recorrem a essa sigla para distinguir esse tipo de associação dos outros grupos e coletivos do movimento social a que pertencem. Mais do que a preferência a um status jurídico determinado, a nomenclatura é acionada pelos agentes para designar um modelo de gerenciamento de recursos para a consecução de projetos sociais. Assim, “ONG” é a categoria social que expressa o modo pelo qual os próprios ativistas representam a institucionalização do movimento negro contemporâneo

Sendo assim, o processo de institucionalização do movimento negro via ONGs possibilitou a profissionalização desse pessoal, o que distingue também das formas anteriores de organização baseada no voluntariado. Essa profissionalização permite a ascensão educacional logo também financeira, a vista que as

organizações se tornam lócus de trabalho, onde esse grupo passa “a realizar a sua militância de maneira profissional. Não somente auferindo recursos financeiros mas fundamentalmente, tendo oportunidade de se qualificar, de estudar temas específicos e inclusive ingressar na vida acadêmica” (PEREIRA, 2010, p. 233).

À vista disso, percebe-se que as ONGs negras surgem em decorrência da capacidade adaptativa e acompanhamento do transcorrer social e histórico do povo negro, onde esse utiliza do surgimento jurídico das ONGS para institucionalizar e ampliar suas pautas, promover transformação material, se especializar profissionalmente e possuir mais um recurso vigilante e pressionador de políticas públicas de fato universal e equânime.

2.2 A QUARTA REFORMA DO ESTADO E O NOVO PAPEL DAS ONGS

A quarta reforma administrativa teve seu início no governo Collor, abrindo portas para a inserção do neoliberalismo no país, a medida que intencionava implantar o Estado mínimo, desestatização através de privatizações e redução dos gastos públicos (RIBEIRO; PEREIRA; BENEDICTO, 2013, p. 6), ideias neoliberais provenientes do Consenso de Washington, onde o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) dispuseram “orientações” para a América Latina com centralidade na política de mercado.

O avanço da transformação no aparelho do Estado foi temporariamente interrompido em razão do impeachment de Collor em 1992 e retomada a partir de 1995 com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado, tendo como Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Cumprindo o objetivo que lhe foi designado, Bresser Pereira instituiu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) que pretendia aumentar a governança do Estado, ou seja, a “capacidade de implementar de forma eficiente as políticas públicas.” (BRASIL, 1995, p. 16).

O Plano propôs uma reforma que estabeleceu a administração pública gerencial do Estado em substituição a administração burocrática vigente a época, que para Bresser, tornava o Estado ineficiente em razão dos processos que lhe envolviam, pesado por ter um demasiado funcionalismo público e que atuava em áreas que não lhe cabiam, dessa forma tendo gastos desnecessários. Para o autor (BRASIL, 1995, p.15) a administração pública burocrática tem como princípio orientador a profissionalização, ideia de carreira, hierarquia funcional e a impessoalidade. Onde “a excessiva regulamentação é expressão da ênfase nas normas e processos, e ocorre em detrimento dos resultados.” (BRASIL, 1995, p. 26) Em solução a isso, é apresentado o gerencialismo, transpondo os modos de agir em uma empresa privada para a “empresa pública”, Estado, tornando os cidadãos clientes.

A administração pública gerencial do PDRAE (BRASIL, 1995, p.15):

Emerge na segunda metade do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior. A eficiência da administração pública - a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário - torna-se então essencial. A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

Por mais que o autor, no corpo da reforma, critique o ideário neoliberal de Estado mínimo, o que ele propõe não se distancia desse ideário e com certeza foi a porta de entrada para o neoliberalismo no país. A reforma não vem sozinha, traz consigo o ajuste fiscal, a liberalização comercial, o programa de privatizações e como “novidade” a publicização onde “transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (BRASIL, 1995, p. 13). Esse bojo de elementos supõe

desejar atender melhor a população através de políticas públicas mais eficientes e eficazes, necessitando que o Estado seja flexível.

Sendo assim, para alcançar maior eficiência o aparelho do Estado foi dividido em quatro setores formados por núcleo estratégico, centro de poder e tomada de decisões; atividades exclusivas, aquelas que somente o Estado pode desempenhar como fiscalização e regulamentação; serviços não-exclusivos, onde o Estado desempenha atividades em parceria com entes não-estatais; e produções de bens e serviços para o mercado, que é atuação do Estado voltada para o lucro. Conseqüentemente, dentro de cada setor deve haver uma forma adequada de gestão, onde majoritariamente o ideal é a gerencial, enquanto a burocrática e a gerencial devem ser mistas apenas no núcleo estratégico.

Ao setorizar o Estado em quatro, o Ministro propõe atuações fragmentadas deste, descaracterizando a ideia de universalidade que compreendemos. Porque para o autor, o Estado não deve ter esse papel, como vemos na sua afirmação de que “é importante destacar que o compromisso fundamental do Estado não é o de realizar dentro de seu aparelho todas as funções demandadas pela sociedade. Ao invés, é o de assegurar ou facilitar a sua realização sempre que possível, o que deverá implicar a adoção de mecanismos inovadores de operação e funcionamento.” (BRASIL, 1995, p.49)

Dessa forma:

Na medida, porém, que o Estado assumia a responsabilidade pela defesa dos direitos sociais e crescia em dimensão, foi-se percebendo que os custos dessa defesa podiam ser mais altos que os benefícios do controle. Por isso, neste século as práticas burocráticas vêm sendo substituídas por um novo tipo de administração: a administração gerencial. (BRASIL, 1995, p.14)

Logo, o PDRAE dará centralidade ao setor público não-estatal, composto pela propriedade pública não-estatal, “no capitalismo contemporâneo uma terceira forma, intermediária, extremamente relevante” (BRASIL, 1995, p.43) para Bresser Pereira. O espaço dessas organizações será ampliado, sendo criadas as Organizações Sociais, onde é necessário ressaltar que os serviços serão transferidos e não

complementados. Essas, por sua vez, são compreendidas no PDRAE (BRASIL, 1995, p.60) como:

Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária. As organizações sociais terão autonomia financeira e administrativa, respeitadas condições descritas em lei específica como, por exemplo, a forma de composição de seus conselhos de administração, prevenindo-se, deste modo, a privatização ou a feudalização dessas entidades. Elas receberão recursos orçamentários, podendo obter outros ingressos através da prestação de serviços, doações, legados, financiamentos, etc.

De acordo com o mesmo documento (BRASIL, 1995, p.60):

O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal.

Assim sendo, as OS são a concatenação dos interesses de menor burocracia, Estado regulador e menos protetor, um Estado com um suposto baixo custo, da flexibilização do acesso ao trabalho no serviço público, e uma falsa aproximação com a sociedade, “permitindo a focalização do Estado no atendimento das demandas sociais básicas. [...] facilitando o redirecionamento da maneira tradicional de atuar do Estado, evoluindo de um papel executor para um papel de promotor do desenvolvimento social e econômico.” (BRASIL, 1995, p.49)

É extremamente questionável o sentido de manter o financiamento do Estado, mas transferir a execução dos serviços para uma entidade não-estatal. Por que não buscar melhorar a execução da política ainda considerando o ambiente estatal? A construção dessas políticas são pensadas considerando a população? Há investimento suficiente nessas políticas para que alcancem a população tal como deveria? A transformação na forma de execução destas, ponto chave, corresponde a interesses do projeto capitalista.

Na reforma muito se fala sobre controle social e participação social, mas como se dará esse controle social? Ela possui a capacidade democrática e integrativa que tanto diz? No corpo da reforma não se detalha sobre a participação, mas de acordo com a Lei 9.637 de 1998 que dispõe sobre a qualificação das OS a execução do contrato de gestão firmado será fiscalizado por órgão ou entidade que supervisiona a área de atuação da OS. O controle social dá-se pela inserção da sociedade civil no conselho de administração da OS, órgão máximo de deliberação, havendo então necessidade de normatização para exercício do controle social. Além disso, há o requisito de ser pessoa “de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral” (BRASIL, 1998), o que limita e elitiza a participação social no único espaço destinado ao controle da OS.

Portanto, percebe-se que o controle social tão reforçado por Bresser é falho, não há um acesso facilitado da sociedade as OS, o que permite a disseminação de interesses e vertentes em seu seio, como é o caso da expansão de OS confessionais católicas e evangélicas, que impõe suas crenças na oferta de serviços a população. Dessa forma, “acreditamos que é fundamental ultrapassar a esfera meramente formal da previsão estatutária do controle social nas OS para assegurar o exercício por parte dos usuários dos serviços. Somente assim, seria possível evitar a apropriação privada de bens e recursos públicos” (ALMEIDA, 2003, p. 125).

Sendo assim, compreendemos aqui que as rasas ideias de controle social, democracia e participação postos na reforma como justificativa, serviram apenas para causar maior aceitação, sob uma suposta melhoria, mascarando seu objetivo maior de reduzir o papel do Estado. As OS são um braço do neoliberalismo consolidado, nenhum governo até então, principalmente os petistas, apresentaram a intenção de desfazer ou diminuir o papel das OS, o que acompanhamos são mais ofensivas que atacam os direitos da classe trabalhadora e da população negra. É necessário lançar alternativas de enfrentamentos reais que ultrapassem o discurso de “é preciso resistir”, resistir como? Resistir utilizando quais recursos? Acreditamos aqui que as ONGs negras são expressão dessa capacidade de resistência e

formulação de estratégias de enfrentamento, onde deveríamos aprender mais com elas.

Sobre serem expressão cabe aqui reflexões, o primeiro é que essas ONGs ao conseguirem uma melhor estrutura financeira avançam em sua composição de recursos humanos, onde há a necessidade de profissionalização do seu corpo, massivamente negro, tornando-se um campo de trabalho profícuo para estes, fazendo-lhe acessar renda e lhes dando condições de sobrevivência. O segundo é o fato que nas discussões quando apontada a “transferência de responsabilidade para a sociedade civil” não é questionado o dado de que o Estado nunca, até então, tinha adotado políticas voltadas para a população negra, portanto, não é pura transferência para a sociedade o que nunca foi adotado, abraçado e praticado. A realidade é que esse grupo sempre foi responsável por si, sempre esteve pautando alternativas para desviar de obstáculos impostos por esse mesmo Estado. O que por sua vez, recai no terceiro ponto de por qual razão os grupos, especificamente esse grupo, população negra, se sentem obrigados a desenvolverem atividades, à luz de toda dificuldade de financiamento e de existência dessas organizações?

Considerando o exposto, lançamos a proposição de um novo papel para essas ONGs, de que elas deveriam se tornar OS, se inserido nesse campo, ganhando dimensão e tendo possibilidade de promover um controle discursivo, se utilizando dessa estrutura capitalista para disseminação de ideias e ações favoráveis a classe trabalhadora e população negra, a vista que cada vez mais o capitalismo e o racismo se aliam na eliminação destes.

2.3 O LUGAR DA POPULAÇÃO NEGRA NA QUARTA REFORMA DO ESTADO: EXISTEM OS NEGRAS?

Como já apresentado, a quarta reforma se sustentou como solução a um pretense funcionalismo público exacerbado, que envolvia muita burocracia e engessamento da máquina pública, impedindo que houvesse eficiência nas políticas

públicas. Sendo assim, ela vai promover alterações na contramão do que considera o surgimento da administração burocrática no país, a criação do DASP, em nome da flexibilidade, estímulo do espírito empreendedor e motivação para o trabalho, que resultaria em um melhor atendimento do cidadão, agora visto como cliente.

Dessa forma, Bresser (BRASIL, 1995, p.24) questiona se “para exercer as suas funções o Estado necessita do contingente de funcionários existente? A qualidade e a motivação dos servidores são satisfatórias? Dispõe-se de uma política de recursos humanos adequada?” e concluirá que “o que existe são áreas que concentram um número desnecessário de funcionários e outras que apresentam déficit, como no caso das atividades finais nos setores de saúde e educação. (BRASIL, 1995, p. 24), em razão disso deve ser realizada a reforma.

Além disso, o autor compreende que (BRASIL, 1995, p. 27):

A legislação que regula as relações de trabalho no setor público é inadequada, notadamente pelo seu caráter protecionista e inibidor do espírito empreendedor. São exemplos imediatos deste quadro a aplicação indiscriminada do instituto da estabilidade para o conjunto dos servidores públicos civis submetidos a regime de cargo público e de critérios rígidos de seleção e contratação de pessoal que impedem o recrutamento direto no mercado, em detrimento do estímulo à competência.

A vista disso, as transformações promovidas irão afetar o mundo do trabalho e principalmente o mundo do trabalho da população negra que, à época, tão recentemente conseguiu se inserir enquanto estatutários devido ao princípio da isonomia. De imediato, se diminui as chances de empregabilidade destes no serviço público, logo afetando suas condições de existência, já limitadas.

Importante ressaltar, que mesmo tendo a possibilidade de ocupar o serviço público a população negra não estava isenta das desigualdades, o que de imediato nos faz pensar o quanto essa é potencializada, no mercado de trabalho, quando há chance de escolher entre um profissional negro e um não negro. Martins (2004, p.36), revela que:

A magnitude dos hiatos observados no serviço público é algo surpreendente. Entre todos os ocupados no setor, a remuneração média dos negros não atinge 2/3 da remuneração dos brancos e mesmo entre os

funcionários estatutários e militares essa porcentagem não chega a 70%. Dado o grau de codificação das normas de remuneração e de carreira vigentes na administração pública, é difícil acreditar que aí se encontre uma situação de discriminação salarial aberta, mas os dados indicam que ela está presente, provavelmente dissimulada em formas mais sutis, de segmentação ocupacional ou discriminação funcional. A extrema rarefação da presença de negros nos escalões médios e altos, nas carreiras de maior prestígio e de maior remuneração, nos cargos comissionados, nas chefias e nos níveis mais elevados das carreiras públicas, em todos os poderes e em todos os níveis de governo, é notória e visível a olho nu.

Dessa forma, é preciso compreender as OS e também OSCIPS como lugar de trabalho transformado e gestado sobre a reforma gerencial, que vai promover impactos para a população negra, nesse seu novo ambiente estratégico de enfrentamento racial.

Dados do IPEA (p.12, 2020) mostram que no Brasil temos 1.114 (mil cento e catorze) OS e 7.046 (sete mil e quarenta e seis) OSCIPS, onde as primeiras registram 9.233 (nove mil duzentos e trinta e três) vínculos de trabalho e as segundas 44.157 (quarenta e quatro mil cento e cinquenta e sete), no entanto devendo sobressaltar que 93,40% das OS e 78,94% das OSCIPS não registram vínculos de trabalho. Dentro disso, no quesito raça/cor nas OS são 18,16% de brancos; 2,35% de pretos e 73,58% de pardos, por sua vez, nas OSCIPS são 53,32% de brancos; 5,35% de pretos e 31,46% de pardos. (IPEA, p.12, 2020)

Os dados sobre as OS são aparentemente favoráveis aos negros, no entanto, não podemos inferir conclusões, acerca de existência de OS negras, considerando que as OSCS estão identificadas por áreas de atuação como por exemplo “assistência social”, “cultura e recreação”, “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses”, “saúde” e afins, não permitindo uma associação direta entre os fatos e também em razão da ausência de materiais que constatem tal realidade. Sendo assim, as áreas que concentram maiores vínculos, enquanto OS, são “saúde”, “outros serviços de saúde” e “educação e pesquisa” respectivamente.

Sobre as OSCIPS, nas quais se incluem o ICSB, o Instituto Odara e demais ONGs que atuam no enfrentamento ao racismo, as áreas que concentram os

maiores vínculos são “saúde”, “desenvolvimento e defesa de direitos e interesses” e “outras atividades associativas”, onde os dados evidenciam a predominância de vínculo de trabalho de pessoas brancas. Mais uma vez não há a especificação de cada entidade, mas podemos inferir que as ONGs negras ainda são minorias, pelo fato de sabermos que elas buscam desenvolver seu trabalho aliado a profissionais negros, o que refletiria nos números.

No entanto, é possível proporcionar questionamentos tais como sob quais condições de trabalho estão as pessoas negras que majoritariamente trabalham nas OS, é trabalho terceirizado? Por que mais da metade dos vínculos das OSCIPS são de pessoas brancas, elas conseguem acesso mais fácil a recursos para se formalizarem? Quais os objetivos e público alvo dessas OSCIPS? O corpo desse trabalho nos limita a não trazer respostas, mas ficam registradas para o futuro.

Todavia, esses dados nos permitem nos aproximar da conclusão que as ONGs negras não possuem capital financeiro para realizarem as grandes parcerias com o Estado e terem a possibilidade de escolha de serem uma OS ou não. Devido a sua condição de OSCIPs ficam restritas as pequenas parcerias, através dos termos, modalidade de fomento que lhes é permitida. Para conseguirem manter suas atividades seus principais parceiros continuam sendo as cooperações internacionais e empresas privadas.

3 O SERVIÇO SOCIAL, A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E AS ONGS

3.1 BREVES REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL

O Serviço Social tem avançado na discussão étnico-racial, todavia ainda é necessário fazer apontamentos para que essa construção, no seio da profissão, continue fluindo, logo conseguindo alcançar o que se propõe no Código de Ética de 1993 acerca do “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, como também “um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe etnia e gênero.”

Seu surgimento aliado à Igreja e posteriormente ao Estado, obviamente, absorveu o pensamento destes à época no que tange a população negra e o discurso de democracia racial. De acordo com Ferreira (2010, p.169) “a implantação do Serviço Social tenha surgido da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestaram, principalmente, por intermédio da igreja católica (daí a ênfase na formação moral, vocação, doutrina social da igreja, a harmonia social como o cerne da função reajustadora do Serviço Social tradicional”.

Aliado a isso, os pensadores racistas, ancorados em uma perspectiva positivista, para justificar a exclusão do negro do mercado de trabalho urbano em expansão se ancoravam no “racismo científico”. Essa perspectiva se faz presente nas obras de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna (1938;1999). Todavia, encontramos justificativas semelhantes para exclusão do negro no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas obras de Caio Prado (citado em Pinto 2003) Florestan Fernandes (1964) e de outros integrantes da Escola de Sociologia Paulista. Exemplificando Florestan Fernandes acreditava que [...] “faltava ao liberto a autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as únicas

condições que poderiam ordenar, espontaneamente, regularidade e a eficácia do trabalhador no novo regime jurídico-econômico (Azevedo, 1985, p. 7, citada em Pinto 2003).”

Azevedo (citada em Pinto 2003) refuta as conclusões de Florestan Fernandes fornecendo-nos uma outra explicação para o alijamento do negro do mercado de trabalho. Para a referida autora, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre deu-se sobre bases racistas, quando a inferioridade do negro foi sendo construída científica e politicamente, para justificar a sua exclusão do mercado de trabalho.

Pinto também recorre a Cleber da Silva Maciel, em *Discriminações raciais: negros em Campinas: 1888-1921*, o qual seguindo a mesma metodologia de Azevedo conclui que:

Os argumentos (de Florestan Fernandes) que apontam deficiência nos ex-escravos e seus descendentes contra melhor poder adaptativo do imigrante às condições determinadas pela sociedade capitalista são débeis. Em segundo lugar [...] a situação de degradação à que são levados os negros também após o fim da ordem escravocrata não são resultantes de sua aversão ao trabalho, como forma de negação do passado escravista, mas sim que tal situação decorre da não existência de oportunidades de trabalho. O negro não foi abandonado pelas autoridades, pelo contrário, houve sim uma preocupação em deslocá-lo dos seus antigos locais de trabalho. Em terceiro lugar, todo esse processo [...] foi determinado por forte componente racista engendrado nas classes dominantes para dar cumprimento à expectativa idealista das tradições de superioridade européia (Maciel, 1987, p.123-133).

Na verdade Florestan Fernandes classifica a população negra daquele período como anômica, ampliando essa análise aos espaços familiares, e, como Celso Furtado, estabelece que o negro não possuiria aqueles laços familiares tão necessários para a reprodução e estabilidade da sua força de trabalho, reforçando a discriminação racial sofrida por essa população classificando a partir de referenciais funcionalista em integradas e desintegradas. Corroborando com o nosso pensamento Moema Teixeira Pacheco (1986 citada em Pinto 2003), afirmara que os estudos de Florestan Fernandes sobre a família negra baseiam-se na linha de estudos norte-americanos denominada “patologia de adaptação”.

Esse pensamento tem um impacto direto no processo de formação das futuras assistentes sociais que oriundas das classes sociais mais altas foram consideradas adequadas na ressocialização e controle da classe operária. Dominando suas mentes e corpos, afastando-os fisicamente dos contatos com os agrupamentos comunistas, atuando, também, no controle dos espaços de lazer. O assistente social nesse sentido, foi o profissional responsável para orientar os gastos orçamentários das famílias trabalhadoras, bem como, adequar suas atitudes e comportamentos aos interesses das classes dominantes. Desta forma, a prática dos assistentes sociais reproduzia o racismo da época reafirmando a inferioridade do negro como poderemos verificar em Backx e Pinto (2003).

Assim, se difundia falsas evidências de que a população negra era biologicamente diferente e inferior. Sendo nesse meio que o Serviço Social torna-se profissão para o Estado, exercendo papel de controle e ajuste, até então, aparentemente, da massa trabalhadora, mas sabidamente aqui também negra. Para Ferreira (2010, p.169):

o Estado no capitalismo monopolista, imbuído de novas funções e redimensionado, toma para si o tratamento da “questão social”, que surge o Serviço Social como profissão. O Estado tomado pela lógica do capitalismo monopolista precisa incorporar as lutas de classes em seu ideário, mas de modo tal que, ao admitir a existência da classe trabalhadora, possa imediatamente neutralizar os riscos da ação política dessa classe

Sendo assim, quando “a disputa de forças no interior do Estado Novo finalmente gerou um alinhamento com as hostes católicas, o Serviço Social passou a ‘fazer obra de colaboração com o governo na solução de determinados problemas sociais brasileiros’ (*Revista Serviço Social*, 1940, n. 20, p. 29)” (FERREIRA, 2010, p.39), dessa forma a população negra:

Diluída na condição de *pobre e miserável*, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. (GONÇALVES, 2018, p. 515)

Ficando evidente no artigo 138 da Constituição de 1934 a descrição de práticas que seriam responsabilidades do Serviço Social, como:

a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; **b)** estimular a educação eugênica; **c)** amparar a maternidade e a infância; **d)** socorrer as famílias de prole numerosa; **e)** proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; **f)** adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; **g)** cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

Logo, conter a pobreza, a doença, hábitos tidos como imorais tal qual bebidas, famílias não tradicionais da visão da Igreja e dos moldes europeus, deveriam ser ajustados pelos assistentes sociais, a falsa abolição, a não doação de terras para esse grupo e a exclusão da inserção no mercado de trabalho vigente à época colocou a população negra nesse lugar de clientela principal dos serviços sociais desde a gênese da profissão. Dessa forma, “é provável que a impressão pragmática da ampla presença de negros entre as classes prioritariamente destinatárias dos serviços sociais tenha sido acompanhada da constatação de um padrão de moralidade mais baixo entre os negros” (FERREIRA, 2010, p. 142). Construindo e fortalecendo um imaginário sobre a população negra, que tenderia a ser culpabilizada por estar nesse lugar e não que esse lugar lhe foi condicionado em virtude do racismo.

O contexto de recém-abolição e período de industrialização, expansão do capitalismo no país, e as ações requeridas aos profissionais, evidenciam que desde sua gênese a população usuária é massivamente negra e que seja através do silenciamento, seja através das práticas, o Serviço Social contribuiu para difusão e manutenção do racismo e suas crenças.

Dita Pinto (2003, p.69):

Na década de 1930, o negro passa a ser estudado por outro ângulo, o da cultura. O conceito de raça é substituído por tentativas de folclorização da sua cultura [...] Ao deixar de ser encarado como ‘problema social’, passa a ser visto como um ‘adorno cultural’, e suas reais condições de vida não são questionadas, sugerindo a não existência da discriminação racial contra o negro no Brasil. Ao ser valorizada a sua cultura, dá-se suporte a ideologia da democracia racial.

Seguindo, ainda, Ferreira (2010, p. 124)

“o fato de, com frequência, as linhas de classe e de cor andarem juntas no Brasil, incidiu sobre os estudos em torno das relações étnico-raciais, polarizando as discussões e levando teóricos a posicionarem-se quanto à preponderância de uma ou outra categoria (raça ou classe).”

No entanto, sabemos aqui que o capitalismo no Brasil se expandiu através do racismo e assim se configurou, não são categorias dissociáveis, uma análise que desconsidere esse fato não tem compromisso com a verdade, todavia, também é verdade, que países socialistas melhoraram os acessos aos bens e serviços de seus cidadãos de forma geral, por exemplo: em Cuba os negros tiveram acesso à educação, à saúde, ao trabalho, entretanto, o racismo não é extraído das agendas dos costumes, sendo possível afirmar que o racismo é estruturante dos vários sistemas de produção.

Dessa forma, sendo necessário ressaltar a aproximação da categoria com a perspectiva crítica a partir de 1980, de imediato, pouco contribuiu para o enfrentamento e desmistificação do racismo, em razão da centralidade dada à questão social e suas expressões enquanto um problema de classe, invisibilizando o racismo como um vetor para a promoção das desigualdades existentes e também como fundamental para a expansão do capitalismo no Brasil. Ao afirmar que o marxismo adotado, de prima, não evidenciou a questão étnico-racial, não é desconsiderar que é “o Marxismo – a mais apropriada perspectiva, de compreensão e decodificação para a atual conformação sociopolítica em vigor, o Capitalismo.” (OLIVEIRA; PINTO; ALVES, 2017, p.101)

De acordo com Pinto (2003, p. 53) no período de transformação profissional:

o Serviço Social pensou em instrumentalizar o profissional para que este tivesse uma aproximação autêntica com a população. Nos países com alta concentração de povos indígenas, por exemplo, deveria estar incluso no currículo do curso de Serviço Social o estudo de suas línguas. No Brasil, um país mestiço, não se pensou em uma maior aproximação do Serviço Social com a cultura e nem se cogitou estudar os problemas referentes às relações étnico-raciais.

Ao não se aproximar, ficamos suscetíveis a equívocos. Portanto, conforme Gonçalves (2018, p.515), “a *questão racial* não é apenas expressão da *questão social*, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, *sustentou* a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi *alicerce* da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro.” Logo, as análises profissionais devem ser ancoradas na intersecção dessas categorias, acrescentando também gênero.

Moreira (2020, p.2) afirma que o VI CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizado em 1989, foi o marco da introdução da discussão étnico-racial no meio da profissão promovido por assistentes sociais negras que apresentaram teses sobre o tema e sentimento de ausência do debate no Serviço Social. Sendo interessante ressaltar que, em 1986, Elisabete Aparecida Pinto escreveu um TCC intitulado “A relação Serviço Social com os usuários negros”, onde apontava a ausência da discussão e o despreparo das assistentes sociais com os usuários negros, reforçando ideações e práticas racistas, a medida que não havia reflexão.

Pinto (2003, p.97) afirmava que:

No tocante a população negra, o Serviço Social nada fez. O assistente social de quem se fala, não tem muito claras as dimensões histórico-político-sociais da questão étnico-racial e, em termos práticos, atua de forma indevida, co-participando de um sistema de exploração e discriminação. Assim, baseada no fato que o assistente social deve ter um compromisso com a transformação social e que este desconhece os aspectos étnico-raciais que afetam 44% da população, acredito que, nesse sentido, a sua atuação torna-se inócua ou de pouca relevância quando se refere a essa parcela populacional.

Acerca das aproximações temos, por exemplo, Campanha “*Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*” do conjunto CFESS-CRESS (gestão 2017-2020), a produção dos “*Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*”, a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS em 2010, dentre eles, o GTP “*Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades*”. (MOREIRA, 2020)

No entanto, o questionamento feito por Elisabete Pinto lá em 1986, sobre o currículo de formação profissional, é reiterado aqui. Como formar profissionais com conhecimento sobre a questão étnico racial, de gênero e afins, se na formação a reflexão não é iniciada?

Oliveira (2017) realizou uma pesquisa na intenção de conhecer a matriz curricular dos cursos de Serviço Social das instituições federais de ensino superior para verificar se há oferta de “disciplinas específicas que abordem a questão racial com toda a sua complexidade e variações” e constatou que “em sua maioria, são matérias de caráter optativo. Com isso os estudantes podem ou não incluí-las no seu processo de formação, dificultando mais uma vez a possibilidade de uma formação mais plural acerca das questões étnico-raciais.” (OLIVEIRA, 2017, p. 395). Assim sendo, se nas instituições federais de ensino superior o resultado é desalentador dessa forma, imaginemos nas instituições privadas? Vamos além, e nas instituições que ofertam cursos EAD?

Por conseguinte, é necessário continuar avançando no debate, propondo novas formas de atuação que possam englobar a população negra, quilombola, indígena, aproximando as discussões da população usuária, para que as intervenções sejam positivas e não reprodutoras de sofrimento e desigualdades.

3.2.SERVIÇO SOCIAL AS ONGS E AS ONGS NEGRAS

Há uma discussão hegemônica no Serviço Social acerca do Terceiro Setor, que envolve as ONGs, considerando o seu surgimento aliado ao desenvolvimento neoliberal e reestruturação do Estado, e que a falta de uma definição põe na mesma arena atores divergentes. Segundo Montaño (2003, p.52) “nossa abordagem sobre o ‘terceiro setor’ não parte do conceito de um fenômeno isolado, mas, por ter como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do Capital como

um todo, chega ao 'terceiro setor' como um fenômeno partícipe dessas transformações gerais, como produto delas.”

Para o autor (2014, p.64), o processo de “desenvolvimento” promovidos pelos países centrais aos países periféricos tinha a intenção “de criar as condições para o grande capital ali se instalar, produzir (a baixos custos e elevadas taxas, de mais-valia e de exploração) e conseguir vender seus produtos no mercado interno, extraindo riqueza dos países periféricos para os centrais mediante, particularmente, a circulação intrafirmas dos lucros criados pelas filiais na periferia para as suas matrizes”.

Com isso:

o desenvolvimento, portanto, constitui um projeto em boa medida funcional aos interesses do grande capital transnacional. É por esta necessidade do grande capital - de ampliar a capacidade produtiva e de consumo dos países latino-americanos, preservando uma relação de dependência e controle político e econômico, agora centrado na tecnologia e no financiamento necessários para tal processo - e pelas pressões e lutas dos povos desse países por sair da situação de pobreza e Miséria - lutas de classes, de indígenas, dos "Miseráveis" -, que se inicia o processo de "desenvolvimento "nos nossos países , conhecido como "Desenvolvimentismo ". (MONTAÑO, 2014, p.64)

Dessa forma, de acordo com a discussão, as ONGs tiveram papel fundamental nesse processo de articular as demandas dos interesses dos movimentos sociais ao recebimento de fundos das Cooperações Internacionais, tornando-se funcional ao Capital tanto neste primeiro momento quanto no segundo, quando irá receber fomento do Estado, através de parcerias. Segundo Montaña (2014, p.93):

essa mudança de relação também redundou numa profunda transformação no lugar histórico e no papel político das ONGs a partir de meados dos anos 1980 se antes desempenharam, ao lado dos movimentos sociais e como intermediários da "Cooperação Internacional", o papel importante tanto no processo de "desenvolvimento" como na luta por conquistas em torno de demandas e reivindicações políticas e movimentos sociais, a partir das novas as parcerias "com Estado e com empresas capitalistas, como novos financiadores, passaram a fazer parte de um processo de legitimação do *desmonte social do estado, do apassivamento da classe trabalhadora, da despolitização da sociedade civil, da construção da lógica do possibilismo e da criação da ideologia da Auto responsabilização dos sujeitos.* (grifos do autor)

No entanto, é nesse movimento contraditório que surge as ONGs negras que com sua particularidade de atuação desempenha um papel oposto ao afirmado por Montaño, no sentido de essas contribuírem para a politização da população negra, trazendo outras narrativas, descolonizando os pensamentos e questionando sobre o lugar do negro neste país. Logo, isso se opõe também ao processo de “independentização das ONGs dos movimentos sociais” (MONTAÑO, 2014, p.81), pois as conquistas para a população negra promovidas pelas ONGs se deu não pela aliança com o movimento negro, mas pela institucionalização do movimento negro, que não deixou de levantar suas bandeiras e apenas utilizou desse novo espaço para adquirir recursos e fazer mais pressão para alcançar suas conquistas. O que já demonstra também que, em relação a população negra, não ocorre um processo de desresponsabilização do Estado para responsabilização dos sujeitos por que ao se analisar a história do país, o Estado ou se manteve omissivo ou foi o perpetrador das desigualdades que acometem essa população, sendo esses os responsáveis por suas conquistas, vide abolição, Lei 10.639/2003, Política de Saúde da População Negra, Lei 12.711/2012, cursos pré-vestibulares e afins.

Por mais que as análises sobre as ONGs sempre visem o cenário macro é importante fazer ressalvas durante elas porque a história não é linear e muito menos a história brasileira, os cursos sempre estão envoltos em contradições e concessões e ao não apontarmos as particularidades continuamos a reproduzir determinadas vertentes e silenciando pautas que são extremamente necessárias no desenrolar político, histórico e social do país. Nas suas discussões, Montaño (2003;2014) repete que há uma “transformação do padrão de resposta às sequelas da ‘questão social’”, de fato algumas dessas organizações serão utilizadas para fragilizar, desestruturar e focalizar as ações do Estado, mas ao mesmo tempo elas servem para construir novas formas de resposta às sequelas da questão étnico racial.

Em razão disso, concordamos com Gonçalves (2018, p.520):

Se, para suprimir a ordem burguesa, é necessário por fim à *questão social* (NETTO, 2001b) e se a *questão racial*, como insistimos, constitui e alimenta esta mesma ordem, numa perspectiva revolucionária uma e outra precisam ser eliminadas. O marxismo fornece as bases conceituais para compreendermos cientificamente a *questão racial* e, da mesma maneira, a “[...] análise do fenômeno racial abre as portas para que o marxismo cumpra sua vocação de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações sociais mais concretas”. (ALMEIDA, S. L. de, 2016, p. 24). A luta contra a opressão racial é indissociável da luta de classes e, ao mesmo tempo, esta não pode triunfar sem aquela.

Todavia, Montañó (2003, p.18) diz que:

a ‘generalização’ de que acusada essa perspectiva de abordagem do “terceiro setor” põe limitações [...] as ONGs realmente comprometidas com os setores subalternos e com o desenvolvimento, preservação e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas (vide Amnesty International, Green Peace etc.).

E continua:

Que conceito é esse que reúne, no mesmo espaço, organizações formais e atividades informais, voluntárias e/ou individuais; entidades de interesses políticos, econômicos em singulares; coletividade das classes trabalhadoras e das classes capitalistas; cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal? (2003, p.57)

De verdade é difícil trabalhar as ONGs sem o receio de estar sendo acusada de ser concorde ao capitalismo e ao neoliberalismo vigente, no entanto as organizações negras exerceram e exercem papel tão importante para a população negra que não dá para deixá-las apagadas em análises que acabam por não considerar que o racismo e o Estado sempre foram tão intrínsecos e este último muito pouco, ou nada, protetor para os negros trabalhadores ou não.

Sendo assim, é problemático a alguém do Serviço Social a afirmação:

dá-se mais um passo no histórico processo ideológico de despolitização das organizações e atividades populares. Dessa forma o primeiro passo foi a passagem e tentativa de substituição do “velho sindicato classista” pelos “novos movimentos sociais”, particularistas, segmentados, por fora do aparelho do Estado de classe, articulação com os partidos políticos, com sindicatos, sem questionar a produção e a distribuição, mas visando o consumo e a redistribuição - no entanto com demandas surgidas das próprias necessidades da população.(MONTAÑO, 2003, p.149)

No entanto, é o mesmo autor que afirma que:

Um sistema social sem ativa participação dos setores progressistas, populares, trabalhistas, subalternos, explorados, remete a uma ordem congelada inteiramente dominada pelas elites sociais. As lutas dos movimentos sociais, das organizações comunitárias, das associações e grupos pró-defesa de direitos sociais, os sindicatos, com claro e nítido apoio de organizações articuladoras (ONGs instituições de promoção, partidos políticos), resultam indispensáveis se pensarmos, no curto prazo, no enfrentamento ao processo neoliberal de reestruturação social (produtiva, comercial, normativa, legal, estatal), e no médio e longo prazo, na transformação da ordem. (MONTAÑO, 2003, p.263)

Por isso, pensando “no curto prazo de enfrentamento ao processo neoliberal”, que foi proposto em capítulo anterior que as ONGs negras pudessem se tornar OS, longe de qualquer acusação de “possibilismo” (MONTAÑO, 2003, p.140), não é uma aceitação ao capitalismo ou desconsideração do Estado como o capaz de proporcionar mudanças estruturais, mas uma percepção real de que algo precisa ser pensado e feito.

As discordâncias postas ao debate existente na profissão é no apagamento do fator raça na análise, fazendo crer de imediato que todas as ONGs são funcionais ao Capital, a primeira vista é essa a percepção que nos é dada, quem desconhece as contradições do Estado possivelmente acreditará que ele era Universal antes de ser iniciado o seu desmonte, uma irreabilidade. Sendo assim, concordamos com Montaño (2003, p.263) quando ele diz que:

convém deixar bem claro a seguinte questão: enfrentar criticamente o debate dominante sobre o conceito ‘terceiro setor’ e os seus desdobramentos ideológicos, defender a manutenção e ampliação da atividade estatal nas respostas às sequelas da ‘questão social’, constitutivas de direitos universais, nada disso tem como pressuposto a mínima na perspectiva de uma sociedade que despreze as lutas na sociedade civil, dirigindo as apenas para a esfera do Estado. Longe disso. É tão equivocado considerar apenas o Estado como arena possível de lutas sociais, como considerar a sociedade civil como seu espaço único e exclusivo. Justamente, a questão recai em que o cerne do debate sobre o ‘terceiro setor’ (e sua própria denominação conceitual trabalha para isso) concebe as atividades (‘sociais’) desenvolvidas pela sociedade civil como um todo orgânico, relativamente homogêneo, dirigido ao mesmo fim: o bem comum, a participação Cidadã - isto é, o Sesi, a Fundação Roberto Marinho, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Fundação Augusto Pinochet, todos eles de formas diferentes seguindo supostamente o mesmo rumo que a CUT, o movimento feminista, a OAB, o MST, as Farcs.

O Serviço Social se insere nas ONGs negras a partir das assistentes sociais negras que convergindo a formação crítica e suas experiências de vida irão ter conhecimento sobre a questão étnico-racial, a questão social, e suas determinações na vida dos sujeitos assistidos.

Costa (2005, p.7), demonstra algumas atividades comuns ao Serviço Social no Terceiro Setor:

Desenvolver pesquisas junto aos usuários da instituição, definindo o perfil social desta população, obtendo dados para a implantação de projetos sociais, interdisciplinares; Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram a instituição, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos; Realizar seleção sócio-econômica, quando for o caso, de usuários para as vagas disponíveis, a partir de critérios pré-estabelecidos, sem perder de vista o atendimento integral e de qualidade social, e nem o direito de acesso universal ao atendimento; Estender o atendimento social às famílias dos usuários da instituição, com projetos específicos e formulados a partir de diagnósticos preliminares; Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária aos recursos da comunidade, integrando e utilizando-se da rede de serviços sócio-assistenciais; Participar, coordenar e assessorar estudos e discussões de casos com a equipe técnica, relacionados à política de atendimento institucional e nos assuntos concernentes à política de Assistência Social;

Nas respostas das entrevistas realizadas vemos que as assistentes sociais das ONGs, ICSB e Odara, realizam escuta individual, encaminhamentos para a rede socioassistencial, orientação aos estudantes em relação aos editais de seleção como ENEM e vestibulares, editais de permanência nas universidades, quais são os documentos necessários, estimulam a socialização através de grupos e promovendo discussões que envolvam a população negra.

Pois é importante lembrar que, “o Serviço Social está inserido no conjunto das atividades definidas como práticas de intervenção na realidade social. Desenvolve sua ação no contexto das relações sociais, tal como se apresenta em determinado momento histórico.” (PINTO, 2003, p.37)

Sendo assim, é necessário olhares atentos para determinados debates que são extremamente válidos, mas que podem acabar sobrepondo outros fatos históricos. A

inserção do Serviço Social nas ONGs, quando aliado a perspectiva crítica e ao conhecimento sobre a questão étnico-racial podem gerar frutos muito importantes na intenção de construir uma nova ordem social, ordem social essa onde os indivíduos tenham consciência de si e sem sobreposição de opressões.

4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS STEVE BIKO E ODARA

4.1 A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL STEVE BIKO

Se dados de 2019 fazem a UFBA se apresentar como “mais negra e mais inclusiva” (UFBA EM PAUTA, 2019) com 75,6% dos alunos da universidade se declarando enquanto negros, se diferencia muito da realidade de 1992, ano de institucionalização do ICSB. O surgimento do Instituto deu-se na inserção de jovens negros em Salvador em universidades, incluindo a UFBA:

“ele nasce aqui, de um grupo de estudantes que já estavam ingressando no ensino superior naquele momento, principalmente na Universidade Católica, a época a principal universidade que existia no setor privado aqui em Salvador, então com alguns ingressando na Católica e outros ingressando na UFBA e percebendo o quanto precisávamos de mais jovens negros acessando o nível superior de forma geral e principalmente as instituições de ensino públicas.” (entrevista Biko)

Com isso, a nossa interlocutora da Biko afirma:

“esse movimento se organiza a partir de grandes nomes hoje ainda no movimento negro baiano, com as suas articulações a nível nacional, a nível internacional, então eles foram se organizando em torno dessa demanda e constituíram o Instituto Cultural Steve Biko lá no início da década de 90, então a intenção principal foi o pré-vestibular, foi a preparação, pensar a importância de mostrar pros jovens que eles podiam, que eles deviam, que aquelas vagas também precisavam ser ocupadas pela população negra que estava muito apartada ainda do processo, e eles entenderam que era necessário não só a preparação das disciplinas, do conteúdo que precisava-se para entrar no grande funil que sempre foi o vestibular, mas também um trabalho político de mostrar essas desigualdades, de falar sobre o racismo, e de fazer esse trabalho que hoje a gente chama de “cidadania e consciência negra” nosso CCN, a gente brinca sempre que a Biko é um CCN que tem um pré-vestibular, por que todas as ações desde a fundação elas tem o objetivo político de fortalecer a população negra e aí no acesso a educação como movimento político.” (entrevista Biko)

Dessa forma, percebemos que o ICSB faz parte do processo de institucionalização do movimento negro, veremos a seguir também mais uma fala que reafirma a participação nesse novo espaço, que desde o início esteve próximo

com a construção de um lugar político para a população negra, discutindo racismo e intencionando inseri-la na universidade para ao mesmo tempo que muni-la de conhecimento de sua história possibilitar ascensão social.

Desde o início o trabalho do ICSB foi louvado e reconhecido pelo seu lugar definido de ser o *“primeiro curso no Brasil destinado a jovens negros, a preparar os estudantes no acesso à universidade”* (entrevista Biko), recebendo honrarias e demonstrando o quanto era necessário para a população negra uma iniciativa como a deles, e isso contribuiu para a ampliação do trabalho a partir de acesso a recursos e principalmente da institucionalização, quando se torna uma ONG negra:

“a partir de então a Biko que teve esse primeiro projeto piloto que era o pré-vestibular ela pode começar a ampliar as suas ações e começar a pensar as demandas que tavam chegando e outros projetos, então nesse sentido ela consegue alguns prêmios, ela consegue alguns reconhecimentos, ela consegue estabelecer algumas parcerias a partir daí. E o que data aí da década de 90 tem o prêmio Ifé uma articulação concedida pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o prêmio Alvorada pela entidade carnavalesca Alvorada, a medalha Tiradentes pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, um prêmio importantíssimo que foi o prêmio Nacional de Direitos Humanos concedido pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso em dezembro de 1999, nisso eu digo alguns prêmios que foram garantidos ainda na década de 90 fora os tantos outros que nos anos 2000, mas isso mostra que a Biko começou a ter uma visibilidade quando se institucionaliza também, para conseguir não só prêmios, mas parcerias financeiras para garantir o andamento dos projetos e com isso poder pensar outros projetos que vieram a ser desenvolvidos na década seguinte. (entrevista Biko)

Acerca do contexto de surgimento do ICSB a fala da entrevista é uma síntese do que apresentamos no decorrer deste trabalho, o fato das ONGs terem se expandido na emergência neoliberal no país aliado a constante ausência de interesse do Estado na questão étnico-racial e essas organizações terem se apresentado enquanto uma possibilidade para dar respostas às demandas da população negra no país:

“Então o contexto a nível nacional era de implementação forte de políticas neoliberais, quando a gente vai ver isso no âmbito dos direitos sociais é de uma retração muito grande do Estado e ampliação de desigualdades, então o início da década de 90 no Brasil apesar de a gente ter uma Constituição recentemente aprovada é um contexto de retração de direitos. A nossa carta cidadã era muito recente e a população negra estava ali cobrando seus direitos para que fossem efetivados de acordo com o que estava dito nessa carta, mas a gente tem um Estado mínimo para as garantias sociais, então

isso para a população negra especialmente é ainda mais eminente, ainda mais sentido em todas as esferas da vida, na esfera de todas as políticas e principalmente na educação. Então esses jovens que são pioneiros em fazer essa discussão no inícios das suas entradas nas universidades, eles perceberam muito claramente que a cara da Universidade Federal da Bahia era branca, de que as desigualdades tinham cor na Bahia, a Bahia é o maior Estado negro do Nordeste, Salvador é capital mais negra fora de África, então eles tinham acesso a essas informações, a articulações importante no Movimento Negro Nacional e Internacional e conseguiam fazer essa leitura de que o Estado não estava garantindo né, um Estado mínimo para as questões sociais e menos ainda para fazer a discussão da questão racial, então é nesse sentido que eles articulam as desigualdades, o minimalismo do Estado para discutir direitos e acesso a educação e articulam isso com o racismo, quem é o mais prejudicado, quem é o mais apartado, do pobre do pobre quem é que não está na universidade é a população negra mesmo sendo maioria nesse Estado e maioria nessa cidade, então tem esse contexto e tem uma coisa que também acho importante, que tem a ver com o contexto da década de 90 que a organização de organizações não governamentais, havia um incentivo de que você se organizasse institucionalmente e muitos movimentos sociais começaram a se organizar no chamado Terceiro Setor para inclusive conseguir concorrer a alguns editais, conseguir verba pública, fazer algumas parcerias e isso é um movimento muito específico do início da década de 90 no Brasil e aí isso caracteriza muito a institucionalização do Instituto Cultural Steve Biko, ele tava nesse bojo de precisar se organizar enquanto uma ONG para conseguir inclusive se organizar enquanto uma das primeiras instituições que vão falar de ação afirmativa, que vão falar de cotas, que vão falar de racismo na educação, que vão promover essa discussão mas não só promover essa discussão, vão implementar já políticas de ações afirmativas na política de educação, para fazer isso a Biko precisou também se institucionalizar e aí ela garante essa data de fundação de 31 de julho de 1992.” (entrevista Biko)

E por mais que trabalhos como o do ICSB e demais ONGs negras estejam sendo desenvolvidos e pequenas melhoras possam ser pontuadas, ainda é desigual e desfavorável a existência para a população negra nesse país, evidenciando que a atuação dessas ONGs não são focalizadas como acredita-se que seja, envolve e transversaliza vários assuntos para a população que atende, a saber:

“pensando a conjuntura nunca muda muito nesse sentido, apesar de estarmos avançando a conjuntura é sempre de mostrar cada ano o genocídio da população negra que é inclusive o nosso público alvo, o aumento, parece que nosso atlas da violência é renovado a cada ano e com indicadores piores e esse é o público alvo da Biko, pensar que as políticas de ações afirmativas elas ainda não são materializadas como deveriam, muitas instituições de ensino ainda não materializam as políticas de ações afirmativas, nem na suas ações básicas de cotas raciais, quanto mais na articulação para permanência desses jovens, a gente ainda tem desafios gritantes ainda de defender as políticas de ações afirmativas, então eu acho que já estou falando de um outro grande desafio além das questões materiais, a gente ainda se vê a todo momento tendo que justificar como

funciona o racismo a brasileira e por que a gente precisa da implementação de cotas.” (entrevista Biko)

Considerando os tempos de pandemia as ações continuaram mas também foram envolvidas as novas necessidades apresentadas sendo desenvolvidos trabalhos *“por exemplo, [...] ano passado fizemos um projeto de atender trezentas famílias, trezentas pessoas e suas famílias com atendimento psicossocial, com profissionais negros, falando das desigualdades das opressões raciais na pandemia, chegamos as periferias.”* (entrevista Biko)

Tendo como foco a educação, os projetos do ICSB estarão sempre em torno desta e são notáveis seus resultados. A principal parceria e, também, resultado é o corpo que atua no ICSB, *“a Biko começou a fazer uma retroalimentação as pessoas que saíam, ingressavam no nível superior e elas voltavam para serem monitores, professores, funcionários e tem sido assim desde então, contando com esse tipo de parceria.”* (entrevista Biko)

Além do pré-vestibular, há também a:

“formação de jovens em direitos humanos na luta antirracista, surgiu no ano de 2000, com parceria do Ministério da Justiça, fortalecendo a luta contra o racismo na Bahia, formando lideranças jovens; o programa OGUNTEC, que é criado em 2002, ele tem o objetivo de fomentar a ciência e a tecnologia, é muito importante que a gente observe os dados nos censos brasileiros que mostram o quanto e principalmente as meninas são muito alheias aos cursos da área de ciência e tecnologia ingressam pouco e a população negra de forma geral ingressa pouco, então o programa OGUNTEC tem um desses objetivos de levar o acesso ao ensino superior também nas áreas de ciência e tecnologia, discutir inclusão digital, popularizar a ciência, falar da formação de professores a na área do ponto de vista das discussões de raça e gênero, e estimular a cultura da inovação; o POMPA – Projetos Mentis e Portas Abertas com o objetivo de desenvolver habilidades e competências em jovens negros e lideranças negras que já estão na graduação, já estão cursando, fazem intercâmbios internacionais em diversas parcerias com universidades norte-americanas negras. O programa BIKO AGILIZA que congrega projetos de formação profissional, hoje a gente já tem algumas parcerias com a Secretaria do Trabalho e Emprego, com o Ministério Público. O programa KETU que foi criado em 2012, iniciou em 2012, foi um programa muito importante que teve o objetivo de aprimorar habilidades e competências de lideranças negras não só em Salvador, mas em todo o Estado, e também se articular com o que estava acontecendo na região Nordeste.” (entrevista Biko)

Sendo assim, conseguimos perceber a responsabilidade, seriedade e comprometimento das ações realizadas pelo ICSB, e nos alegrou imensamente a

notícia que a Faculdade Biko está sendo projetada, com a intenção inicialmente de ofertar cursos de Pedagogia e História, por considerarem que ainda há uma lacuna na educação básica e séries iniciais sobre a verdadeira história do Brasil e da população negra, e que a 10.639/2003 ainda não é respeitada tal qual deveria ser, sendo necessário formar professores que ocupem este espaço. A Faculdade Biko está sendo pensada considerando as especificidade da população:

“a gente sabe que a população que a gente quer que venha ao curso de graduação é a população inclusive que foi alijada desse processo historicamente, então ela vai precisar de condições materiais de estudo, ela não vai poder pagar uma mensalidade alta, a gente precisa dar condições básicas para que as pessoas frequentem.” (entrevista Biko)

Além das aprovações dos estudantes comemoradas nas redes sociais é de se comemorar também:

“ver tantos jovens orgulhosos da trajetória que fizeram, da compreensão que passaram a ter sobre sua própria vida, sobre suas identidades sociais, sobre o orgulho de se identificar como negro, de dizer que é um jovem negro na universidade, muitas vezes ainda o primeiro da sua família [...] E tê-los continuando né, quando os jovens continuam e voltam para as aulas de CCN, trazem um pouco da sua experiência, falam sobre como é estar na universidade, se formam, vão pra diversas áreas de atuação, de pesquisa, de inovação, de intervenção, de trabalho, fazem seus intercâmbios, continuam na pós-graduação.” (entrevista Biko)

Resultado fruto de muita persistência do ISCB, que relata o financiamento enquanto uma dificuldade. O ISCB é integrante de algumas instâncias de participação democrática como o:

“Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, o CDCN, e aí tem participado, mobilizado, a Biko participou das discussões do Estatuto da Igualdade Racial do Estado da Bahia através do Conselho, a Biko já teve cadeira no Conselho Municipal da Comunidade Negra, mas hoje não tem mais, anos atrás já teve. A Biko participa do Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia, o FOQUIBA, que com outros quilombos educacionais a Biko participa da Campanha da Lei 10.639, Fazendo Valer a Lei 10.639, a Biko participa da Campanha e do Comitê que tem como fiscalizar a Lei 10.639, a Biko faz parte da Rede Contra a Intolerância Religiosa da SEPROMI, é integrante dessa rede, também discutindo e fomentando Políticas Públicas. O grande problema desses espaços é a falta de recursos para a implementação das ações, mas o restante a gente tem uma inserção sim, mas a implementação das políticas é muito difícil. Também a Biko participa do Conselho da Educação Quilombola da

Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que no momento não está tendo reuniões por causa da pandemia, mas é integrante também deste Conselho.” (entrevista Biko)

Evidenciando que falta interesse por parte do Estado, a nível municipal, estadual e federal de implementar políticas públicas que integrem e envolvem a população negra. Portanto:

“o trabalho da Biko é fantástico, é ancestral, é forte, vai muito além do que a gente imagina, a gente não só materializa políticas de ações afirmativas mas a gente transforma vidas de pessoas [...] não é só uma mudança individual, por que o nosso objetivo não é apenas mudanças fantásticas do ponto de vista individual dessas pessoas, da mobilidade e da educação que elas conquistem, da autoestima, do orgulho, da sua identidade, mas do ponto de vista da coletividade, de como é que a gente vai se construindo enquanto coletivo, como é que a gente vai fortalecendo a população negra em Salvador, jogando ela pro mundo, se articulando, pra gente de fato ter uma sociedade mais justa, uma sociedade antirracista.” (entrevista Biko)

Considerando a época de surgimento do ICS, conseguimos ver nos dados apresentados que a ONG fez parte desse processo inicial de institucionalização do movimento negro e como isso foi importante para obter financiamento e expandir seu trabalho. Conseguiram construir um nome forte, sendo propositivos e possibilitando ao mesmo tempo construção de narrativas e identidade. A inserção desses jovens no ensino superior é o que permite que novos debates sejam pautados, com isso novos espaços são ocupados e há o avanço gradual de medidas mais comprometidas com a população politicamente minoritária.

4.2 A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL ODARA

Landim (1996) afirmou que no processo de expansão das ONGs haviam aquelas em que seus mentores já tinham trabalhado no Estado e não conseguiram nele ter espaço para implantar suas ideias, sendo as ONGs então, alternativas para o desenvolvimento dessas ideias. O Odara surge assim também:

“Valdeci e a companheira dela, Benilda, pensaram em criar essa instituição logo depois da saída de Valdeci da Superintendência para Mulher, Val foi superintendente da mulher, da Secretaria de Mulheres aqui em Salvador, e pensava em seguir com trabalhos que não conseguiu desenvolver enquanto superintendente, e aí juntou ela e mais outra pessoa na época para pensar

como seria essa organização. E aí elas saíram disseminando o desejo delas, trazendo outras pessoas que comprassem também a ideia. Valdeci, ela, costuma falar pra gente que “o Odara foi pensado na cozinha da casa dela com amigas tomando café”. (entrevista Odara)

O Odara nasce um pouco mais tarde que as demais ONGs do movimento negro e de mulheres negras, em 2010, e se apresenta como:

“uma organização negra e feminista centrada no legado africano, que a gente também tem três princípios, né, que centralizam a organização que é a questão da oralidade, da circularidade e a ancestralidade, né, a gente aprendeu a tá entendendo esses princípios dentro da organização, e a gente vem voltada para o fortalecimento e autonomia das mulheres negras.” (entrevista Odara)”

onde mesmo com a atuação das demais ONGs sentiu-se a necessidade de agir sobre *“conjunto de desvantagens a que estamos inseridas, que perpassa pelo menor salário, menor acesso a educação, a formação, a maior responsabilidade no sustento familiar, maior índice de desemprego, a miséria” (entrevista Odara)* que recai sobre as mulheres negras.

Os dados do IPEA (2011) revelam a conjuntura do país na época do surgimento do Odara, onde *“as mulheres negras permanecem bem isoladas na hierarquia social (sua renda média equivale a 30,5% dos homens brancos em 2009)”*. A mesma pesquisa informa que o desemprego para as mulheres negras era de 12%, maior que os 5% dos homens brancos, 9% das mulheres brancas e 7% dos homens negros. Então, se fomos continuar unindo todos os dados concluiremos que:

“a gente nunca teve um cenário que nos beneficiasse, então a gente surge a partir da especificidade do ser mulher negra que na sociedade brasileira é estruturada pelo racismo e sexismo e todas as formas de opressão, e aí a gente entendendo que todos os conjuntos de desvantagens que já está sobre os nossos corpos, menor salário, menor acesso aos níveis de formação, maior responsabilidade com o sustento familiar, nós somos as que mais estão desempregadas, a miséria, enfim né, todas essas coisas, a gente tentando articular essas desvantagens que perpassam o nosso corpo é que surge o Odara.” (entrevista Odara)

Portanto, considerando o amplo escopo de demandas postas pela condição de ser mulher negra na sociedade brasileira, a atuação do Odara não tem um único campo, mas vai ter diversos programas, a saber:

“o programa de comunicação [...] então atua com a comunicação estratégica no intuito de difundir conceitos, visão política, estratégias do movimento de mulheres negras, a comunicação do Odara a gente costuma dizer que é uma comunicação diferente dessas comunicações que a gente costuma ver normalmente, então as meninas elas trabalham com novas formas de disseminar informações, com ferramentas de comunicação que tenha acesso para a comunidade, que a gente da comunidade negra tenha o acesso mais facilitado, que a gente entenda as informações com a linguagem mais específica para a comunidade, então o programa de comunicação surge como estratégia para garantir o direito dos jovens e das mulheres negras, então garantindo, né, lutando contra a violência, sem racismo, sem o sexismo, e garantindo que a autonomia e o empoderamento nesse programa; a gente tem um programa de Direitos Humanos, o programa de direitos humanos ela tem mais como ação a formação política, a questão do advocacy, essas coisas no sentido do direitos humanos, como as mulheres negras podem estar fazendo essa formação para entender como a gente faz o monitoramento, como é que a gente faz a avaliação de algumas questões. Então nesse programa perpassa a maioria dos projetos do Odara, né, porque todos os projetos estão dentro dos direitos humanos mesmo que seja um outro programa que tenha desenvolvido não tem como não passar pelos direitos humanos; programa de pesquisa e intercâmbio, o programa de pesquisa e intercâmbio ele vem também em parcerias com outras organizações, inclusive a gente consegue movimentar muito o programa de pesquisa e intercâmbio em parceria com o Instituto Biko, a Steve Biko, que normalmente eles trazem jovens, entram em contato com a gente, ficam um tempo no Odara fazendo o intercâmbio, tem também a Universidade da Guiana Francesa que volta e meia acionam a gente, para que a gente faça esse intercâmbio com os jovens dessa Universidade; a gente tem um programa também de saúde das mulheres negras, que ele surge com base na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e da Política Nacional da Saúde Integral da Mulher, e nesse programa a gente já trabalhou com o diálogo do zika vírus e outras arboviroses, o que as mulheres negras tem a ver com isso, e aí a gente traz as denúncias das mulheres negras que tiveram a zika vírus, como estava funcionando seus corpos a partir desses vírus, teve muito depoimento super interessante, a gente lançou uma cartilha. (entrevista Odara)

Longe da crença de ONG despolitizante e despolitizada, o Odara instrumentaliza meninas para a denúncia através do Yalodê, apresentando seus direitos e como fortalecê-los. Adentram nos terreiros fomentando sua atuação política, visibilizando as denúncias de intolerância religiosa. Com o “Tecendo a rede de mulheres negras no Nordeste” articula suas ações, pensando nessa região que possui suas particularidades. Divulga seus conhecimentos sobre mulheres negras nas universidades e revistas científicas e chama estas como parceiras. Se põe nas periferias com o projeto:

“Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar”, que é um projeto desenvolvido em três bairros, aqui de Salvador, com foco em sensibilizar a comunidade sobre os danos e os impactos causados pela violência policial e do tráfico na comunidade negra. Então a gente trabalha no Cabula, no Uruguai e Nordeste de Amaralina sensibilizando os adolescentes, as mães,

os jovens na escola, realizando atividades que sensibilizem o poder público sobre a atuação, fazendo denúncias através de campanhas publicitárias, fazendo denúncias através de manifestos e entre outros.” (entrevista Odara)

No mesmo Estado em que o Governo veicula campanha com o slogan “Mais Família Menos Drogas” e reforça o discurso de Guerra às Drogas.

As ONGs negras, como já apresentado, possibilitam construções de narrativas, apresentando novos significados que contemplem a população que atende, e assim fez o Odara com o “Julho das Pretas”:

“que foi lançado em 2013 [...] a gente se movimentou, chamou as organizações de mulheres negras para pensar o julho das pretas, porque o março, o 8 de março enquanto dia internacional da mulher normalmente as feministas brancas tomavam a frente para resolver todas as questões e decisões, a gente ficava muito de forma... vou falar figurante, não que o oito de março não seja importante, a gente entende que a data é importante, a gente faz a denúncia também, inclusive a gente já começou a lançar também o “Março de Luta” pra desmistificar um pouquinho o que as feministas brancas trazem também que é muita denúncia que perpassam por elas, mas as vezes não passa por a gente, fazer que nem minha avó falava “o buraco é muito mais embaixo”. Então a gente lançou a agenda março de luta junto com a organização de mulheres negras do Brasil, e nosso julho das pretas que é para trazer para o auge o 25 de julho que é o dia internacional da mulher negra afro latino-americana e caribenha, que a gente sabia e entendia que o dia vinte e cinco era importante, a gente das organizações, mas o mundo não tinha essa... não falava, não debatia sobre isso, e o que acontecia? Todo vinte e cinco de julho a gente recebia convite pra participar de atividade [...] “ah tá recebendo, tá sendo honrada, enfim”, e aí a gente não quer participar desses eventos só pra, dia 25, dizer que falou da data chamar um bocado de mulher negra dar um troféu, aí falou “o que a gente vai fazer?” Então vamos pensar em uma atividade pra fazer no julho, a atividade era pra ser só no dia 25, mas a gente é ousada e pegou o julho todo, então a gente desenvolve atividades do dia primeiro de julho a trinta e um de julho. O que é o julho das pretas? O julho das pretas é uma agenda em conjunto com as organizações de mulheres negras da região Nordeste inicialmente, mas daí foi ampliando, ampliando e o Brasil todo hoje faz o julho das pretas celebrando e comemorando o vinte e cinco de julho. Então a gente desenvolve ações que trazem temas importantes, relacionado a superação de desigualdades de gênero, de raça, colocando em pauta a agenda política das mulheres negras, então a depender da conjuntura, do ano, a gente vai lançando um tema, um slogan, pra tá fazendo chamadas no julho durante todo o mês. (entrevista Odara)

As ONGs negras costumam acompanhar a conjuntura para atender as necessidades postas a população negra, que geralmente se aprofundam as desigualdades em momentos de crise, tais como a crise sanitária da covid-19, em razão disso:

“a gente lança uma campanha “Justiça e Solidariedade aos grupos vulneráveis ao Covid-19 na Bahia”, que tá atendendo aí, ano passado a gente atendeu quase cerca de cinco mil famílias, mães, mães de jovens negros, mães solo, catadoras e catadores de material reciclável, empreendedoras de costura, marisqueiras, pescadores, comunidades de terreiros, comunidades quilombolas levando inicialmente cestas básicas, material de higiene, aquelas questões de EPI – Equipamento de Proteção Individual, e recentemente a gente voltou, agora no segundo ano retornamos com a ação, mês passado a gente conseguiu doar, tive uma reunião nesse instante sobre isso, a gente conseguiu atingir 650 famílias com cestas básicas, com máscara, voltar com aquela questão de que não é porque a vacina já está aí que algumas pessoas evitem usar, não, que continuem usando a máscara, usando seu álcool em gel.” (entrevista Odara)

E atividades também foram adaptadas para que as atividades não parassem, tais como:

“a gente tem a Escola Beatriz Nascimento que está aí bombando fazendo formação dia de terça e quinta com professores incríveis, falando de um monte de coisa, apresentando Beatriz Nascimento para meninas e mulheres e senhoras que nunca ouviram falar, entende, então eu entendo que isso são passos longos na verdade, a gente está com outro projeto também que é com meninas que é o Ayomidê que significa “minha alegria chegou”. No Ayomidê a gente tem meninas de oito a dezoito anos a gente se reúne dias de segunda, quarta e quinta, fazendo formação política com as meninas também, fazendo apresentação de pessoas e de autores que elas nem imaginam que na escola vão apresentar, e que não vão porque a gente sabe que não vai, mas aí elas vão estar nesses espaços e vão questionar “por que vocês não vão trabalhar determinado tema com fulaninha de tal?”, aí os professores vão ficar tudo doido com elas na escola porque não vão saber fazer, não vão saber trabalhar.” (entrevista Odara)

A relação do Odara com o Estado tem um forte posicionamento político, é óbvio que todas as ONGs negras, marcadas enquanto institucionalização do Movimento Negro, o Odara enquanto institucionalização do Movimento de Mulheres Negras, vão tecer críticas ao Estado por reconhecerem seu papel perpetrador do racismo e das desigualdades e sua inércia com a questão étnico racial, mas poucas conseguirão adotar a postura que o Odara adotou em virtude da necessidade real de financiamento para manutenção de suas atividades, e claro não merecem críticas por isso. Sendo assim:

“tô deixando aqui uma denúncia, o Julho das Pretas é uma ação da sociedade civil e se você observar todos os anos o Odara denuncia algumas secretarias que usam do nosso slogan, usam das nossas atividades pra fazer a deles,...] A gente do Odara, a gente tem como um princípio não acionar o Estado para garantir que a gente tenha recurso, porque que a gente não faz isso? Por que a gente entende que quando a gente faz isso a gente fica meio que, a gente não tem liberdade para fazer determinadas denúncias, a gente não tem liberdade para fazer o que a gente faz, sabe? A

[...] gente fica meio que amarrado as ações e o que eles determinam, então a gente tem como princípio não ir em busca de recursos das secretarias do Estado, a gente não faz projetos em parceria com o governo estadual, com o governo federal ainda mais nessa conjuntura que se encontra a gente não quer nosso nome atrelado a nada do Estado, até porque nosso projeto “Minha mãe não dorme” é uma denúncia diretamente com o governo do Estado da Bahia, pra você ter uma noção em 2013 a gente fez uma caminhada na Paralela até a governadoria, por que a gente queria que o governador atendesse a gente, ele não nos atendeu, a gente ficou na porta e tal, ele não nos atendeu, e até hoje não deu nenhum retorno sobre, mas volta e meia nos aciona para ir receber troféu ou alguma coisa, sabe? Então a gente não brinca, a gente não está fazendo nada de “bora fazer de faz-de-conta”, não é isso, então a gente também entende que se você faz um enfrentamento, a gente não é oposição no sentido de tipo “de direita e ele é de esquerda” a gente costuma falar que “a gente é mais a esquerda do que a esquerda”, a gente é oposição de ações e de situações que acontecem sem uma conversa mais próxima com a população. (entrevista Odara)

E sobre a inserção em instâncias participativas, reafirma que há dificuldade de implementação das políticas públicas, o Estado não se propõe a se aproximar de fato com o que está sendo posto e discutido naquele espaço, como vemos:

“o que Odara avalia das participações de Conselho? A gente avalia que estar nesses espaços é você assinar que está concordando com o que o governo, com o que as instituições estão discutindo ali que muitas das vezes são, como é que eu posso falar, são coisas sem atuação na verdade, onde o Conselho não tem atuação. [...] Então os Conselhos a gente tem observado que eles estão sendo boicotados, o tempo todo em um processo de boicote, os Conselhos [...] a gente considera a importância da atuação dos espaços deles, mas a gente não participa. Da mesma forma que a gente considera, temos como princípio não assumir recurso, não ir em busca de recurso do Estado, a gente começou também a não querer fazer participação nos Conselhos por que a gente também que ir pra cima dos Conselhos, sabe? Quer falar o que é que o Conselho não está fazendo e com a gente estando lá a gente não tem essa voz. A gente participou de alguns Conselhos e a gente não tem dificuldade de inserção não, inclusive a gente é muito procurada para participar de Conselho da Mulher, Conselho de Fomento e Colaboração, [...] a gente faz denúncia e quando chega naquele espaço a gente percebe que há um processo de acordo, sabe? E a gente não quer acordar, a gente quer que a corda puxe para a sociedade, que “ah por que você é de tal instituição então a gente está fazendo isso aqui então pra sua instituição a gente vai mandar tantos”, e você começa a trabalhar nesses espaços, tem Conselhos deliberativos que são conselhos importantes, tem os Conselhos que trabalham de forma paritária, tudo isso a gente considera muito importante, a gente já participou inclusive de Conselhos [...] mas é por decisão política mesmo que a gente entende que agora com esse governo de Bolsonaro os Conselhos só fazem com que legitimem o que ele fala e o que desfala [...] Assim a gente considera que é um espaço importante a gente fortalece quem está lá, se necessitar de ajuda a gente ajuda, mas o corpo, as membras do Odara não participa mais desses espaço não, por decisão institucional mesmo. (entrevista Odara)

Contudo:

“eu costumo falar com o Odara que a gente enfrenta o racismo de forma lúdica na verdade, que com esses projetos mesmo a gente falando de coisas tão graves, que magoam, que doem tanto a gente, mas que a gente consegue fazer de forma leve, sensibilizando, e fazendo com que as pessoas entendam o porque a gente vive em determinados locais e o porque a gente não consegue em determinados momentos se defender disso” e concordamos que “avanço é estar com as mulheres negras, com as meninas negras, com as velhas negras, com as jovens negras debatendo, fazendo formação.” (entrevista Odara)

Conseguimos perceber que o Odara tem uma atuação transversal, possui foco nas mulheres negras, mas são ações que resultam em um fortalecimento de toda a sociedade, à medida que estimulam a sensibilização constroem a autonomia de seu público, logo contribuindo para a emancipação dessas pessoas. A sua pública relação com o Estado é um ato de coragem, mas também é um ato de consciência, consciência de que há determinados pontos que são inegociáveis e que a resposta é essas que elas fazem: denúncia, organização e enfrentamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a dar centralidade às ONGs negras, reconhecendo que estas fazem parte do conjunto de estratégias da população negra, neste país, para enfrentamento das desigualdades que possuem o racismo como cerne.

A tese dessa monografia era confrontar as ONGs com a quarta reforma do Estado, em um contexto adverso, elas surgem enquanto um espaço de pôr em práticas ações mais palpáveis a necessidade da população negra, mas ocasionado pelo desmonte da isonomia e das ditas formas burocráticas de funcionamento do Estado, posto por Bresser. Conseguimos apresentar aqui, que o lugar reservado às ONGs foi o de pequenas parcerias com o Estado, onde as OS têm centralidade no auferimento de recursos, sendo então um lugar mais restrito ainda as ONGs negras que pelas dificuldades financeiras não conseguem alçar este outro espaço, em que suas ações seriam potencializadas. Sendo assim, vemos um Estado que não transfere recursos para essas e também não age diretamente.

Conseguimos elucidar que o ICSB e o Odara surgem motivados pela simples percepção da realidade, o primeiro do não acesso de pessoas negras no ensino superior e o segundo pela condição de existência histórica que ronda as mulheres negras. Interessante que o Odara surge dos anseios de uma militante que fez parte de uma Secretaria de Estado, mas que, naquele contexto, não conseguiu avançar com as suas ideias, evidenciando que por mais que consigamos ocupar espaços institucionais importantes, quando o foco é questão racial, os programas e projetos são relegados ao segundo plano.

Outro dado de extrema relevância é o contexto do surgimento dessas instituições, o ICSB surge no momento de expansão neoliberal, apresentando, como um de seus frutos as ONGs, no entanto essas se tornam mais uma estratégia de

enfrentamento para a população negra, onde o movimento negro se institucionaliza, recebe financiamento e materializa as necessidades sentidas, vide fala de nossa interlocutora. O Odara surge 18 anos após o ICSB, 22 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, após Estatuto da Igualdade Racial, criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra, todavia a população negra ainda apresentava demandas que nenhuma dessas ações foi capaz de amenizar, com mais reforço para a situação da mulher negra, público alvo do instituto.

No tocante ao mundo do trabalho, vimos com as séries históricas de 1992 a 2001, que de imediato não houve uma grande transformação que beneficiasse a população negra, mas com o trabalho desenvolvidos por estas de inserção universitária, de formação profissional, da desconstrução de um lugar determinado para a população negra, conseguem sim afetar o mundo do trabalho através da formação de jovens negros, que se tornarão profissionais negros “qualificados” com potencial de alterar, gradualmente, o mercado de trabalho. Além disso, a própria retroalimentação dessas ONGs, em que há o retorno enquanto profissionais, promovem avanços.

Dessa forma, por mais que defendamos de forma intransigente a universalidade do Estado devemos nos atentar quem é o universal e para quem chega essa universalidade, enquanto o racismo funcionar institucionalmente e estruturalmente a denúncia e busca de superação das desigualdades serão permanentes. Os espaços da população negra não foram construídos e conquistados de forma linear na história, estão envolvidos em contradições. Desta forma, a luta não pode ser abandonada, pois o racismo é, ainda invisibilizado e nossas necessidades e reclamos menosprezados. Afirmamos assim a importância das ONGs porque são nessas ações que se pautam estratégias de existência e sobrevivência da população negra.

Sendo assim, considerar e respeitar a atuação de ONGs negras é pautar que o Estado não cumpra o seu papel de proteger os cidadãos, não há como crer e esperar que a população negra se mantenha inerte a vista do seu genocídio, muito menos que apenas reivindique ao seu algoz. Portanto, inserir a “particularidade” das ONGs negras na análise sobre Terceiro Setor e ONGs evidenciaria mais um capítulo sobre como a questão étnico-racial e as expressões da questão social são irmãs, mas independentes, pois não entendemos o racismo como uma expressão da questão social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karen Santana. **Organizações sociais:** (des) controle social e restrições ao direito à saúde. Ser. Social, Brasília, nº 15, p.115-140, jul./dez. 2004. p.124-129.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, p. 17-42. 2018.

AMORIM, Henrique. WOLFF, Simone. RASLAN, Filipe. **Classes sociais, relações de classe e trabalho: política e teoria.** Dossiê: Classes sociais e transformações no mundo do trabalho. Mediações, Londrina, v. 16, n. 1, p. 11-23, Jan/Jun. 2011.

BERTÚLLIO, Dora. L. L. **Direito e relações raciais: Uma Introdução Crítica ao Racismo.** 1989. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

BRASIL. **Decreto Nº 847, De 11 De Outubro De 1890.** Promulga o Código Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 nov. 20 às 18h30

BRASIL. **Lei 9.637 de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de organizações sociais.

BRASIL, **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRAZ, Marcelo. **Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas.** Serv. Soc. Soc. no.111 São Paulo July/Sept. 2012.

COSTA, Selma Frossard. **O Serviço Social e o Terceiro Setor.** Serviço Social em Revista, v. 07, n. 02, Londrina/PR: UEL, 2005. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm. Acesso em: 14 nov.2021

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em 27 jan. 2021.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade: métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

DURIGUETTO; Maria Lucia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2011, Biblioteca Básica de Serviço Social, vol. 5.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, p.21. 1994.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, Victor Cláudio. P. **ONGs no brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento**. 2005. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap. 10. p. 244-247.

GODOY, Arilda S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. Rev. de Adm. Empresas. V:35, n2. P.57-63. SP. Mar/Abr 1995. P. 58. Disponível no site <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183/36927> Acessado em 20 nov. 2020.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Raça ou Cor no Brasil**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 24 out. 20 às 19h.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Perfil das Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público em Atividade no Brasil**. RJ: Ipea, 2020.

_____. Retrato das desigualdades de gênero e raça/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.] - 4ª ed., Brasília, IPEA, 2011.

LANDIM, Leilah. "Experiência militante": histórias das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, Leilah. (Org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.**. Rio de Janeiro: Nau, 1998. p. 23-87.

LANDIM, Leilah. Cotrim, Leticia C. **ONGs UM PERFIL: cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGs (ABONG)**. SER, SP, 1996.

LENIN, Vladimir. **Uma grande iniciativa**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>, acesso em 16/12/2020.

MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações raciais de negros em Campinas: 1888-1921**. Campinas, Editora da Unicamp, 1987.

MARTINS, Roberto B. **Desigualdades raciais e políticas de inclusão racial: um sumário da experiência brasileira recente**. Serie Políticas Sociales, CEPAL n.82, Chile, 2004.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, p.25-26, 1998.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, p. 142-143. 2011.

MONTAÑO, Carlos. O lugar histórico e o papel político das ONGs. In: MONTAÑO, C. (Org.) **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "Terceiro Setor"**. SP: Cortez, 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 ed. - SP: Cortez, 2003.

MOREIRA, Tales. W. F. **Serviço Social e a questão étnico-racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão**. Sociedade em Debates (Pelotas), v. 27, n. 1, p. 83-100 jan./abr.

MUNANGA, Kabengele. **Noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 01 nov. 20 às 22h.

OLIVEIRA, Juliana Marta. **Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais**. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul.-dez./2017.

OLIVEIRA, Juliana. M. S.; PINTO, Elisabete A.; ALVES, Rita de Cássia. P. **Na carona do Marxismo: O serviço social e a questão étnico-racial visto pela**

perspectiva Marxista. Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, v.1, n.1, jan/jun-2017.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O serviço social e a questão étnico-racial:** (um estudo de sua relação com usuários negros). Terceira Margem, 2003.

PINTO, Elisabete Aparecida. FALA PRETA! No contexto da organização de mulheres negras. In: SOTER (Org.) **Gênero e Teologia:** Interpelações e perspectivas. MG, 2003, p. 101-113.

PINTO, Elisabete Aparecida. Aguerre, Pedro. ASSIS, Valdirene Silva. **Processo de construção de iniciativas de equidade racial no trabalho a partir da atuação do MPT junto à sociedade civil.** 2021. (NO PRELO)

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O mundo negro”:** a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

RIBEIRO, Livia Maria. P. PEREIRA, José Roberto. BENEDICTO, Gideon. C. **As reformas da Administração Pública brasileira:** Uma contextualização do seu Cenário, dos Entraves e das Novas Perspectivas. EnANPAD. Rio de Janeiro/RJ, p. 6-9, 2013.

RIOS, Flávia. Mateus. **Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo.** 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2008.

RIOS JÚNIOR, Ademir V. **A crítica do fenômeno das “ong’s no brasil: uma análise da atuação na política social de proteção à criança e ao adolescente em Recife.** 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SODRÉ, Jaime. Negritude e ONG’s. In: ABONG, **O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil.** ABONG, p.101-117, SP, 1998.

TRIVINÕS, Augusto.N.S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, p. 145. 1987.

Mais negra e inclusiva, UFBA precisa de mais verba para assistência estudantil.
UFBA EM PAUTA, 2019.
https://ufba_em_pauta/mais-negra-e-inclusiva-ufba-precisa-de-mais-verba-para-assistencia-estudantil. Acesso em 22 nov.2021.

VIANNA, Oliveira (1938). **Raça e Assimilação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. pp. 208–209

_____. (1938). ***Evolução do povo brasileiro*** 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. pp. 10–11

_____. (1999). ***Instituições Políticas Brasileiras***. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal. p. 90

APÊNDICE

INSTRUMENTO COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO

- Data da entrevista _____
- Instituição _____
- Função que ocupa na instituição _____

1. Como e quando a ONG foi criada?
2. Qual era o contexto na cidade de Salvador quando surgiu a iniciativa de fundar a ONG e trabalhar nessa área?
3. Qual(is) foi(ram) a(s) necessidade(s) sentida (s) para fundar a ONG?
4. Quais foram as primeiras ações desenvolvidas?
5. A instituição percebe avanços e/ou retrocessos na área de atuação da ONG do início até os dias de hoje? Quais?
6. Cite as maiores dificuldades que encontram no trabalho de vocês. Pode ser de gestão, sustentabilidade, visibilidade, contato com o público, etc.
7. Quais os principais resultados e quais mais lhe orgulham?
8. Fazem parte de algum conselho, ou correlatos, que acompanhem, pressionem ou proponham por políticas públicas? Se sim, quais? Se não, há dificuldade de inserção nesse espaço, não considera importante?